



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 17 de junho de 2015.

Participantes: Celso Tadeu Pelizer e Maria Isabel Iamarino Pizzi.

Às 9:30 horas do dia dezessete de junho de dois mil e quinze, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados para reunião ordinária. Ausência: Marcia Kátia Franceschini Miquilini justificando sua ausência por motivos dos trabalhos em seu Departamento na Prefeitura. Dando início aos trabalhos, o secretário agradeceu a presença da Sra. Maria Isabel Iamarino Pizzi e procedeu à leitura da ata da última reunião realizada em 05 de maio de dois mil e quinze e da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes. **1) Análise do Panorama do mês de maio de 2015:** Lido, discutido e transcrito na íntegra: “No mês de maio, a percepção de risco voltou a dominar as rodas de negócios no mercado financeiro, o que levou os ativos financeiros negociados no mercado brasileiro a forte pressão em seus preços. Em meio a protestos e com o Congresso medindo forças com o Executivo, três Medidas Provisórias relacionadas ao ajuste fiscal foram aprovadas. Caso não fossem analisadas até o dia 1º de junho, perderiam a validade. A última delas na quinta-feira (28), quando os senadores aprovaram o texto da MP 668, que eleva as alíquotas de PIS e Cofins para produtos importados para 2,1% e 9,65%, respectivamente. A base aliada optou pela aprovação do texto, mesmo a contragosto, diante da exiguidade de tempo. O problema é que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi completamente desfigurado do texto original enviado pelo Executivo, com a inclusão de mais de 20 temas, dentre eles a autorização para que o Legislativo possa fazer parcerias público-privadas. Agora, o texto dependerá da sanção da presidente Dilma para que produza os efeitos. Um dia antes, foi concluída a votação da MP 664, que altera as regras de concessão de benefícios previdenciários, como a pensão por morte e auxílio-doença. A novidade foi a inclusão, pela Câmara dos Deputados, da regra que extingue o fator previdenciário e o substitui pela fórmula $85/95$ – que garante benefício integral quando soma a idade com o tempo de contribuição do segurado resulta em 85 (mulheres) ou 95 (homens). A Medida Provisória foi aprovada e agora caberá à presidente Dilma vetar esse item - atendendo ao pleito da equipe econômica – ou sancioná-lo, para atender o PT e evitar o desgaste com as bases sindicais. Segundo integrantes do governo, o impacto imediato da mudança não é preocupante, mas no longo prazo pode comprometer a sustentabilidade da Previdência Social. Estima-se que a alteração no fator custe R\$ 40 bilhões aos cofres públicos nos próximos dez anos. Mesmo que não tenha conseguido convencer dissidentes petistas, na terça-feira o governo já tinha conseguido aprovar no Senado, por 39 votos a 32, o texto base da MP 665, que restringe o acesso a direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro-defeso. A mais polêmica das MPs já havia tido seu texto original modificado pela Câmara, e novas modificações pelo Senado faria com que os deputados tivessem que analisar o texto novamente, o que fatalmente faria a Medida Provisória caducar. Um acordo costurado de última hora garantiu a aprovação do texto. A presidente Dilma Rousseff terá, a partir do momento em que o Planalto receber oficialmente as MPs do Congresso, 15 dias úteis para decidir se e quais trechos irá vetar. Outras propostas editadas no contexto do ajuste fiscal ainda aguardam votação no Congresso, mas com prazo mais confortável. Uma delas é a MP 675, publicada na



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

semana passada, que eleva a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20%, garantindo uma arrecadação adicional ao ano de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. E já está prevista a votação na Câmara, na semana do dia 10 de junho, de projeto de lei que prevê a redução das desonerações concedidas pelo governo a mais de 50 setores da economia. A proposta foi originalmente enviada como MP, mas foi devolvida pelo Congresso e reeditada como projeto de lei. Do lado da economia, o governo anunciou o esperado contingenciamento do Orçamento Geral da União de 2015, num total de R\$ 69,9 bilhões. Quase 1/3 deste valor serão contingenciados do PAC. Já se esperava que o sacrifício viria da conta do investimento, em detrimento do impopular corte das despesas correntes. Com a medida, o governo espera atingir a meta de superávit primário da ordem de 1,2% do PIB neste ano. Entretanto, a boa notícia foi ofuscada pela ausência do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no evento promovido para divulgar o pacote de cortes do orçamento. Especulou-se que a ausência seria motivada pelo descontentamento com o tamanho do corte, que ficou abaixo de suas expectativas. Alegando um "resfriado", Levy negou qualquer divergência na equipe econômica do governo. Os mercados também se concentraram na política monetária dos EUA. Muitas autoridades do FED acreditavam, na reunião de abril, que seria prematuro aumentar a taxa de juros em junho e que o impulso para a inflação era ofuscado por um mercado de trabalho mais fraco e indicadores piores. Foi o que mostrou a ata da última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, em inglês). Com a economia saindo da crise aos trancos e barrancos, é mais provável que os membros do FED esperem um pouco mais antes de realizar o aperto que o mercado tanto teme. Bolsa O Ibovespa, principal índice da Bolsa de São Paulo, ficou na lanterna e apresentou o pior resultado dos investimentos do mês. Com queda de 6,17% o índice encerrou o mês de maio aos 52.760 pontos e registrou o pior resultado mensal desde janeiro. Mesmo assim, o índice ainda registra alta de 5,51% em 2015. As ações dos bancos contribuíram fortemente para o mau desempenho da bolsa. Nos últimos dias do mês, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central alteraram algumas regras na concessão de crédito imobiliário e rural e tornaram mais rígidas as regras de concessão de crédito livre, o que prejudica principalmente os bancos privados, que são as instituições que afetam o Ibovespa de forma mais contundente. O CMN elevou a alíquota do compulsório para depósitos a prazo de 20% para 25%, o que resulta no recolhimento de R\$ 25 bilhões do mercado. Em contrapartida, foram feitas alterações na exigibilidade e composição dos compulsórios que incidem sobre a captação da poupança, que vão liberar R\$ 22,5 bilhões para o financiamento habitacional e outros R\$ 2,5 bilhões para os empréstimos rurais. As medidas têm como objetivo compensar a queda dos depósitos da poupança, que só este ano acumulam saque de quase R\$ 30 bilhões. Além disso, o ajuste fiscal também chegou aos bancos. O governo aumentou a alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de 15% para 20% para o setor financeiro, através da MP 675. A alíquota entra em vigor a partir de 1º de setembro, e deve gerar arrecadação extra entre R\$ 3 e R\$ 4 bilhões por ano. Renda Fixa No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a recuperação dos preços foi sustentada pela expectativa de elevação do juro pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em vista da leitura da ata da reunião de abril. As taxas dos DI's aprofundaram o movimento de correção, especialmente nos vértices mais longos. Na avaliação dos participantes do mercado, a instituição adotou um tom mais duro, ao retomar no documento o termo "vigilante", destacando que os avanços alcançados no combate à inflação - a exemplo de sinais benignos vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo - ainda não se mostram suficientes. As declarações levaram o mercado a precificar mais chances de o Banco Central prosseguir com a elevação de juros nos próximos meses, com a Selic podendo chegar a 14% ao ano. Atualmente, a taxa está em 13,25% ao ano. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. As NTN-Bs que mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais longos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio de 2035 (Tesouro IPCA + 2035 - NTN-B Principal), que registrou alta de 3,64% no mês. Por outro lado, a NTN-B com vencimento em maio de 2019 (Tesouro IPCA + 2019 - NTN-B Principal), registrou alta de 1,63% no período. As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica de juros se encontra em patamar elevado. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 2,57%. Enquanto o IMA-B 5+, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento superior a 5 anos, se destacou e cresceu 3,14%, o IMA-B 5, carteira de títulos com prazo de até 5 anos, cresceu 1,63% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,95%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou alta de 2,03%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 1,83% no mês. Com a SELIC em 13,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa. Câmbio O dólar foi o melhor investimento no mês de maio. A moeda americana fechou o mês cotada a R\$ 3,1873, marcando alta de 5,78% frente ao real no quinto mês do ano, impulsionada por sinais de melhora da maior economia do mundo e pela percepção reforçada de que o governo dará menos suporte à taxa de câmbio. Desde março, o Banco Central deixou de renovar integralmente o programa de oferta diária de swaps cambiais, operação que funciona como uma venda futura de dólares. Na visão do órgão, o programa forneceu volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos. Na prática, o fim do programa significou mais pressão sobre o dólar, que vem operando nos maiores patamares em mais de 10 anos, e com o menor controle da autoridade monetária sobre o câmbio as expectativas do mercado são de que o dólar permaneça em alta. Perspectiva As previsões para a economia brasileira seguem piorando, na visão dos analistas do mercado. O Relatório de Mercado Focus mais recente, mostrou que a expectativa mediana para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 passou de uma retração de 1,24% da semana anterior para 1,27% agora. Há quatro semanas, a projeção era de recuo de 1,18% do PIB deste ano. Para 2016, a mediana das projeções se manteve em crescimento de 1% pela sétima semana seguida. As mudanças no boletim Focus ocorreram depois que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma queda de 0,2% do PIB do primeiro trimestre deste ano na comparação com os últimos três meses de 2014. Principal motor da atividade brasileira, a produção industrial deve encolher 2,80% em 2015 - mesma projeção da semana anterior. Quatro semanas atrás, a mediana das expectativas estava em 2,50%. Para 2016, as apostas de expansão para a indústria seguem em 1,50% há oito semanas consecutivas. Pela sétima semana consecutiva, analistas ouvidos pelo Banco Central elevaram a previsão para o IPCA deste ano. A expectativa é que o índice oficial de inflação encerre 2015 em 8,39%, contra 8,37% da semana anterior. Há um mês, essa projeção estava em 8,26%. Já para o fim de 2016, a mediana das projeções para o IPCA ficou inalterada em 5,50% - quatro edições atrás estava em 5,60%. A taxa básica de juros, a SELIC, deve subir pela sexta vez seguida, esta semana. A estimativa é de analistas do mercado financeiro que projetam mais uma alta de 0,5 ponto percentual, com a taxa em 13,75% ao ano. Atualmente, a SELIC está em 13,25% ao ano. Na opinião do mercado financeiro, ao final de 2015, a SELIC deve ficar em 14% ao ano. A inflação altíssima deste ano e a projetada para 2016 não tão baixa quanto a autoridade monetária gostaria, indicam porque a elevação da taxa SELIC prossegue e só deve ser reconsiderada quando os prognósticos para a inflação de 2016 estiverem bem próximos de 4,50%. Levará algum tempo até que a inflação dê sinais consistentes de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

reversão. Neste intervalo, é arriscado prever que o governo não sofrerá nenhum contragolpe em suas previsões orçamentárias, condição propícia para gerar instabilidade no mercado. Estas incertezas explicam a expectativa do mercado por mais ajustes na taxa SELIC antes de entrar em um período mais longo de estabilidade. É fato que o planalto tem dado aval ao Banco Central para fazer o que for necessário para garantir a menor inflação possível no próximo ano. Ou seja, mesmo contrariado com o forte aperto, o governo não deve pressionar o Banco Central para que alivie na dose. Isto porque, na avaliação interna do governo, este ano já será de sacrifício, com corte de gasto público e recessão. Por isso, será melhor concentrar os esforços agora para tentar garantir que, ao final deste ano ou pelo menos no início do próximo, as condições estejam propícias para que se comece uma redução na taxa de juros e garantir a retomada do crescimento. Neste contexto, reafirmamos nossa recomendação de, por hora, manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em torno de 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral). O reposicionamento deverá ser gradativo, visando formar um preço médio para a carteira. Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/ médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.”

2) Análise do demonstrativo do enquadramento na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimento/2015, tendo como base o mês de maio/2015: apresentado o relatório de enquadramento foi verificado por todos que as aplicações do FMAP estão totalmente enquadradas na Resolução 3.922/2010 e na Política de Investimentos do FMAP, totalizando no referido mês uma carteira de R\$ 59.646.142,40.

3) Relatório da Carteira mês de maio/2015: apresentado aos presentes a composição da carteira do mês de maio de 2015 para análise quanto a quantidade de cotistas em cada fundo de investimento, o percentual do PL do FMAP aplicado e o saldo.

4) Resultado das aplicações financeiras após as movimentações – Maio/2015: apresentado para análise os retornos individuais de cada fundo de investimento da carteira do FMAP. Também foi analisada pelos presentes a rentabilidade do mês de maio de 2015, constatando a meta atuarial (IPCA + 6%) de 1,21 % e a rentabilidade auferida na carteira do FMAP de 1,43%, representando 118,19% da meta atuarial acumulada do ano.

5) Total do patrimônio líquido do FMAP por instituição financeira e Segmentos: Foi disponibilizado aos presentes o Demonstrativo dos recursos por instituição e segmentos referentes ao mês de maio de 2015, no qual constam o valor de R\$ 51.118.225,05 que representam 85,708% do PL do FMAP aplicados na Caixa Econômica Federal; R\$ 7.525.836,66 que representam 12,62 % do PL do FMAP aplicados no Banco do Brasil S.A.; e R\$ 1.002.080,69 que representam 1,68% do PL do FMAP aplicados no Bradesco Asset Management; Segmentos em **Renda Fixa** R\$ 56.505.122,87 correspondentes a 94,73% e **Renda Variável** R\$ 3.141.019,43 correspondentes a 5,27%.

6) Foi analisado o fundo de investimento BB RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII – CNPJ 20.716161/0001-93: Foi passado aos presentes que este fundo foi objeto de análise pela empresa de consultoria Crédito e Mercado pelo qual foi efetuado os seguintes apontamentos: O Fundo tem como Administrador a BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. classificada pela agência de riscos Moody's Investidor Service a nota MQ1, atendendo excelência de ambiente de qualidade de gestão e controles. A BB DTVM é uma subsidiária do Banco do Brasil, o maior banco do país. Da gestão do Fundo: o Fundo tem como Gestor da carteira a Rio Bravo Investimentos Ltda, sociedade devidamente autorizada pela CVM por meio do Ato Declaratório nº 6.051 de 27/07/2000. Fundada em janeiro de 2000 como uma administradora de capital de risco no Brasil tornou-se uma empresa de gestão de investimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

diversificada com forte presença no Brasil. Atualmente possui mais de R\$ 10,3 bilhões de ativos sob gestão em fundos estruturados e é uma das principais administradoras de fundos imobiliários do país gerindo 26 Fundos Imobiliários que superam R\$ 7,8 bilhões (dados 09/2013). A Rio Bravo tem experiência na estruturação, distribuição e administração de cotas de fundos de investimento imobiliários, com equipes especializadas em cinco setores: Varejo e Shopping Centers, Edifícios, Agência e Centros Comerciais; Residenciais; Infraestrutura e Logística; e Hotéis. O Fundo de Investimento Imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários e ativos financeiros com lastro imobiliário. É constituído sob forma de condomínio fechado onde o resgate não é permitido. O Objetivo é auferir ganhos mediante locação, arrendamento e/ou alienação das unidades do empreendimento, da aquisição de ativos financeiros que possuam garantias de hipoteca, ou cessão fiduciária de recebíveis imobiliários adquiridos pelo Fundo. Características Gerais: Valor do Patrimônio Autorizado: R\$ 1.000.000.000,00 – Valor da Oferta da 2ª Emissão: R\$ 80.000.000,00 (cotas 800.000) – Valor da Oferta Mínima R\$ 40.000.000,00 – Aplicação Mínima: R\$ 100.000,00 – Prazo de duração: 10 (dez) anos contados da primeira integralização de cotas – Pagamento de Rendimento: semestralmente com distribuição de 95% dos lucros auferidos – Amortizações: Após o prazo de carência de 24 meses do início do Fundo e ocorrerão em 8 parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira no 36º mês após o início. Taxa de Administração: 0,85 % sobre o patrimônio líquido do fundo. Taxa de Performance: 20% sobre os rendimentos que excederem o capital investido atualizado pela NTN-B, com vencimento em 2019 ou IPCA acrescido de 6% ao ano qual for maior. Rentabilidade desejada: Superar o rendimento proporcionado pela NTN-B vencimento 15/08/2019. Mais “spread” de 1,5% ao ano. Fundo Constituído em 12/09/2014 sendo ofertado R\$ 140.000.000,00 – 1ª emissão o Fundo capturou R\$ 62,5 milhões - 2ª Emissão de cotas estenderá até 17/06/2015. A estratégia de investimento do fundo no mercado imobiliário não possui correlação com outras classes de ativos imobiliários, pois oferece retorno em renda fixa com controle de risco de perda, o modelo prioriza a proteção do capital investido. Do ponto de vista da rentabilidade, se confirmadas as premissas, o Fundo representa uma boa oportunidade de retorno, uma vez que busca rentabilidade com linha com a meta atuarial. É crescente a percepção de que os RPPSs devem assumir mais riscos na gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas para poderem superar suas metas e o mercado imobiliário é um dos condutores na busca por rentabilidade satisfatória. Principais Riscos: No caso específico são do risco de crédito das operações objetos do fundo, da não obtenção da rentabilidade desejada; os relativos ao setor securitização imobiliária e às companhias securitizadora, e de liquidez em razão da falta de um mercado secundário robusto. O Fundo está enquadrado no que determina a Resolução CNM n.º 3922/2010, artigo 8º, Inciso VI, não havendo, portanto, impedimento legal em receber aportes de RPPSs. O Fundo obteve o registro para negociação de cotas na BM&F BOVESPA sob código BBIM11. Encontra-se em processo de distribuição a 2ª emissão de cotas com base na ICVM n.º 400. É um fundo de longo prazo com duração de 10 anos a partir da 1ª integralização não sendo possível o resgate nesse período. A Política de Investimento do FMAP elaborada para o exercício de 2015 prevê limite para a aplicação de 3% no Artigo 8º. Inciso VI, não tendo aplicação dentro do segmento. Na visão da empresa de Consultoria, a estratégia de investimentos dos produtos agrega diversificação para a carteira de investimento do FMAP, pois a apresenta perspectiva de retorno compatível com o objetivo atuarial do FMAP no longo prazo, entretanto cabe ressaltar os fatores de riscos apresentados. Considerando os diversos riscos que são pertinentes os investimentos em Fundos de Investimentos Imobiliários é recomendável, na ocasião do investimento, a observância do limite estabelecido na Resolução CVM 3922/2010, bem como a prudente e necessária diversificação entre os investimentos, de forma a otimizar e diluir os riscos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

envolvidos no segmento. Tendo a opção de investimentos o RPPS deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS n.º 440/2013, em especial a necessidade do investimento ser precedido de atestado do responsável legal do RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras. Atualmente a carteira de investimento do FMAP apresenta 58,70 % dos recursos no segmento IMAs, sendo 32,19% no IMA-Geral. Como a recomendação é posicionar o IMA-B e IMA-Geral no máximo em 50% foi decidido, por unanimidade, caso seja feita a aplicação, que seja aportado o valor do segmento IMA-Geral. De acordo com a Projeção Atuarial “Quadro 5” da última Avaliação Atuarial do FMAP, até o ano 2024 o saldo do Fundo Previdenciário Capitalizado está compatível com suas obrigações presentes e futuras. Deliberação sobre as aplicações: À vista das considerações compreendidas e aceitos os riscos aos quais os fundos estão expostos e por serem oportunidades de investimentos que agregam diversificação para a carteira e que apresenta perspectivas de retorno compatível com objetivo atuarial de longo prazo, bem como a recomendação da empresa de consultoria que o percentual de alocação do fundo é de até 3%, foi decidido por este Comitê sejam recomendados ao Conselho de Previdência Municipal a aplicação no fundo em referência de R\$ 300.000,00, desde que antes da realização da aplicação seja concluído o credenciamento da empresa gestora Rio Bravo Investimentos Ltda. Recomendando inclusive, caso seja realizada a aplicação que o valor seja realocado do Fundo IMA-Geral. Por se tratar de aplicação de longo prazo e carência para resgate em 2024, a referida aplicação deverá ser efetuada apenas com os recursos do Fundo Financeiro Capitalizado.

7) Credenciamento de Instituições Financeiras (Gestores/Administradores) - Renovação: Colocados aos presentes que foi concluído, em 16 de maio de 2015, a renovação do credenciamento das Instituições Financeiras CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-4) e BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (30.822.936/0001-69) que recebem recursos financeiros do FMAP. Para fins de análise foi utilizada a ferramenta disponibilizada pela empresa Crédito e Mercado. Observando o disposto no Artigo 3º Inciso IX, Parágrafo 2º da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, e considerando os quesitos de análise estabelecidos pelo procedimento de seleção de entidades autorizadas e credenciadas do FMAP, as Instituições Financeiras apresentaram as seguintes pontuações técnicas: CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-4): Rating de Gestão de Qualidade: 50%, Volumes de Recursos Administrados: 10%, Tempo de Atuação de Mercado: 10%; Avaliação de Aderência dos Fundos: 15%; Critérios de Penalidades: 0%, Total da Pontuação de Quesitos Técnicos: 85,00%, Índice de Gestão de Qualidade RP1; e BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (30.822.936/0001-69): Rating de Gestão de Qualidade: 50%, Volumes de Recursos Administrados: 10%, Tempo de Atuação de Mercado: 10%; Avaliação de Aderência dos Fundos: 30%; Critérios de Penalidades: 0%, Total da Pontuação de Quesitos Técnicos: 100,00%, Índice de Gestão de Qualidade RP1. As instituições financeiras (administradoras e gestoras) classificadas neste nível (RP1) apresentam histórico consistente de risco e retorno. São consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade. Apresentam, ainda, ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e rastreabilidade das informações. No geral, as instituições classificadas neste nível são capazes de assegurar o cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude, portanto, APROVADO A RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO.

8) Assuntos Gerais: Na oportunidade foi discutido a atual carteira do FMAP, deliberando com os fins de proteção da carteira, por manter os novos aportes em fundos IRF-M1, conforme uma das recomendações da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

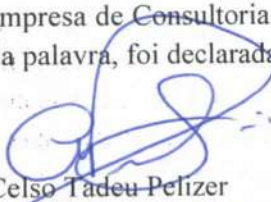
ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATA Nº 006/2015

empresa de Consultoria de Investimentos. Esgotada a pauta do dia, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.


Celso Tadeu Pelizer


Maria Isabel Iamarino Pizzi

MATERIAL

DE

APOIO

Reunia 17/06/15

Comitê Investimentos

- PROGRAMA - CARTÃO FOMAR/Mapa-2015
- APROVAÇÃO - Análise Funes BB necessárias
Indicações Funes Investimento Indicações
FII
- VALOR APROVAÇÃO = 300.000
- Necessário Informação de FAFM
- CNEC e Anuário

OK

IMABA - OK

Censo - OK

PANORAMA – MAIO / 2015

No mês de maio, a percepção de risco voltou a dominar as rodas de negócios no mercado financeiro, o que levou os ativos financeiros negociados no mercado brasileiro a forte pressão em seus preços.

Em meio a protestos e com o Congresso medindo forças com o Executivo, três Medidas Provisórias relacionadas ao ajuste fiscal foram aprovadas. Caso não fossem analisadas até o dia 1º de junho, perderiam a validade

A última delas na quinta-feira (28), quando os senadores aprovaram o texto da MP 668, que eleva as alíquotas de PIS e Cofins para produtos importados para 2,1% e 9,65%, respectivamente. A base aliada optou pela aprovação do texto, mesmo a contragosto, diante da exiguidade de tempo. O problema é que o texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi completamente desfigurado do texto original enviado pelo Executivo, com a inclusão de mais de 20 temas, dentre eles a autorização para que o Legislativo possa fazer parcerias público-privadas. Agora, o texto dependerá da sanção da presidente Dilma para que produza os efeitos.

Um dia antes, foi concluída a votação da MP 664, que altera as regras de concessão de benefícios previdenciários, como a pensão por morte e auxílio-doença. A novidade foi a inclusão, pela Câmara dos Deputados, da regra que extingue o fator previdenciário e o substitui pela fórmula 85/95 – que garante benefício integral quando soma a idade com o tempo de contribuição do segurado resulta em 85 (mulheres) ou 95 (homens). A Medida Provisória foi aprovada e agora caberá à presidente Dilma vetar esse item - atendendo ao pleito da equipe econômica - ou sancioná-lo, para atender o PT e evitar o desgaste com as bases sindicais. Segundo integrantes do governo, o impacto imediato da mudança não é preocupante, mas no longo prazo pode comprometer a sustentabilidade da Previdência Social. Estima-se que a alteração no fator custe R\$ 40 bilhões aos cofres públicos nos próximos dez anos.

Mesmo que não tenha conseguido convencer dissidentes petistas, na terça-feira o governo já tinha conseguido aprovar no Senado, por 39 votos a 32, o texto base da MP 665, que restringe o acesso a direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro-defeso. A mais polêmica das MPs já havia tido seu texto original modificado pela Câmara, e novas modificações pelo Senado faria com que os deputados tivessem que analisar o texto novamente, o que fatalmente faria a Medida Provisória caducar. Um acordo costurado de última hora garantiu a aprovação do texto.

A presidente Dilma Rousseff terá, a partir do momento em que o Planalto receber oficialmente as MPs do Congresso, 15 dias úteis para decidir se e quais trechos irá vetar.

Outras propostas editadas no contexto do ajuste fiscal ainda aguardam votação no Congresso, mas com prazo mais confortável. Uma delas é a MP 675, publicada na semana passada, que eleva a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20%, garantindo uma arrecadação adicional ao ano de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões.

E já está prevista a votação na Câmara, na semana do dia 10 de junho, de projeto de lei que prevê a redução das desonerações concedidas pelo governo a mais de 50 setores da economia. A proposta foi originalmente enviada como MP, mas foi devolvida pelo Congresso e reeditada como projeto de lei.

Do lado da economia, o governo anunciou o esperado contingenciamento do Orçamento Geral da União de 2015, num total de R\$ 69,9 bilhões. Quase 1/3 deste valor serão contingenciados do PAC. Já se esperava que o sacrifício

viria da conta do investimento, em detrimento do impopular corte das despesas correntes. Com a medida, o governo espera atingir a meta de superávit primário da ordem de 1,2% do PIB neste ano. Entretanto, a boa notícia foi ofuscada pela ausência do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no evento promovido para divulgar o pacote de cortes do orçamento. Especulou-se que a ausência seria motivada pelo descontentamento com o tamanho do corte, que ficou abaixo de suas expectativas. Alegando um "resfriado", Levy negou qualquer divergência na equipe econômica do governo.

Os mercados também se concentraram na política monetária dos EUA. Muitas autoridades do FED acreditavam, na reunião de abril, que seria prematuro aumentar a taxa de juros em junho e que o impulso para a inflação era ofuscado por um mercado de trabalho mais fraco e indicadores piores. Foi o que mostrou a ata da última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, em inglês). Com a economia saindo da crise aos trancos e barrancos, é mais provável que os membros do FED esperem um pouco mais antes de realizar o aperto que o mercado tanto teme.

Bolsa

O Ibovespa, principal índice da Bolsa de São Paulo, ficou na lanterna e apresentou o pior resultado dos investimentos do mês. Com queda de 6,17% o índice encerrou o mês de maio aos 52.760 pontos e registrou o pior resultado mensal desde janeiro. Mesmo assim, o índice ainda registra alta de 5,51% em 2015.

As ações dos bancos contribuíram fortemente para o mau desempenho da bolsa. Nos últimos dias do mês, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central alteraram algumas regras na concessão de crédito imobiliário e rural e tornaram mais rígidas as regras de concessão de crédito livre, o que prejudica principalmente os bancos privados, que são as instituições que afetam o Ibovespa de forma mais contundente.

O CMN elevou a alíquota do compulsório para depósitos a prazo de 20% para 25%, o que resulta no recolhimento de R\$ 25 bilhões do mercado. Em contrapartida, foram feitas alterações na exigibilidade e composição dos compulsórios que incidem sobre a captação da poupança, que vão liberar R\$ 22,5 bilhões para o financiamento habitacional e outros R\$ 2,5 bilhões para os empréstimos rurais. As medidas têm como objetivo compensar a queda dos depósitos da poupança, que só este ano acumulam saque de quase R\$ 30 bilhões.

Além disso, o ajuste fiscal também chegou aos bancos. O governo aumentou a alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de 15% para 20% para o setor financeiro, através da MP 675. A alíquota entra em vigor a partir de 1º de setembro, e deve gerar arrecadação extra entre R\$ 3 e R\$ 4 bilhões por ano.

Renda Fixa

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a recuperação dos preços foi sustentada pela expectativa de elevação do juro pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), em vista da leitura da ata da reunião de abril. As taxas dos DI's aprofundaram o movimento de correção, especialmente nos vértices mais longos.

Na avaliação dos participantes do mercado, a instituição adotou um tom mais duro, ao retomar no documento o termo "vigilante", destacando que os avanços alcançados no combate à inflação - a exemplo de sinais benignos vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazo - ainda não se mostram suficientes.

As declarações levaram o mercado a precificar mais chances de o Banco Central prosseguir com a elevação de juros nos próximos meses, com a Selic podendo chegar a 14% ao ano. Atualmente, a taxa está em 13,25% ao ano.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.

As NTN-Bs que mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais longos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio de 2035 (Tesouro IPCA + 2035 - NTN-B Principal), que registrou alta de 3,64% no mês. Por outro lado, a NTN-B com vencimento em maio de 2019 (Tesouro IPCA + 2019 - NTNB Principal), registrou alta de 1,63% no período.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica de juros se encontra em patamar elevado.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 2,57%. Enquanto o IMA-B 5+, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento superior a 5 anos, se destacou e cresceu 3,14%, o IMA-B 5, carteira de títulos com prazo de até 5 anos, cresceu 1,63% no mês.

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,95%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou alta de 2,03%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 1,83% no mês.

Com a SELIC em 13,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa.

Câmbio

O dólar foi o melhor investimento no mês de maio. A moeda americana fechou o mês cotada a R\$ 3,1873, marcando alta de 5,78% frente ao real no quinto mês do ano, impulsionada por sinais de melhora da maior economia do mundo e pela percepção reforçada de que o governo dará menos suporte à taxa de câmbio.

Desde março, o Banco Central deixou de renovar integralmente o programa de oferta diária de swaps cambiais, operação que funciona como uma venda futura de dólares. Na visão do órgão, o programa forneceu volume relevante de proteção cambial aos agentes econômicos.

Na prática, o fim do programa significou mais pressão sobre o dólar, que vem operando nos maiores patamares em mais de 10 anos, e com o menor controle da autoridade monetária sobre o câmbio as expectativas do mercado são de que o dólar permaneça em alta.

Perspectiva

As previsões para a economia brasileira seguem piorando, na visão dos analistas do mercado.

O Relatório de Mercado Focus mais recente, mostrou que a expectativa mediana para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 passou de uma retração de 1,24% da semana anterior para 1,27% agora. Há quatro semanas, a projeção era de recuo de 1,18% do PIB deste ano. Para 2016, a mediana das projeções se manteve em crescimento de 1% pela sétima semana seguida.

As mudanças no boletim Focus ocorreram depois que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma queda de 0,2% do PIB do primeiro trimestre deste ano na comparação com os últimos três meses de 2014.

Principal motor da atividade brasileira, a produção industrial deve encolher 2,80% em 2015 - mesma projeção da semana anterior. Quatro semanas atrás, a mediana das expectativas estava em 2,50%. Para 2016, as apostas de expansão para a indústria seguem em 1,50% há oito semanas consecutivas.

Pela sétima semana consecutiva, analistas ouvidos pelo Banco Central elevaram a previsão para o IPCA deste ano. A expectativa é que o índice oficial de inflação encerre 2015 em 8,39%, contra 8,37% da semana anterior. Há um mês, essa projeção estava em 8,26%. Já para o fim de 2016, a mediana das projeções para o IPCA ficou inalterada em 5,50% - quatro edições atrás estava em 5,60%.

A taxa básica de juros, a SELIC, deve subir pela sexta vez seguida, esta semana. A estimativa é de analistas do mercado financeiro que projetam mais uma alta de 0,5 ponto percentual, com a taxa em 13,75% ao ano. Atualmente, a SELIC está em 13,25% ao ano. Na opinião do mercado financeiro, ao final de 2015, a SELIC deve ficar em 14% ao ano.

A inflação altíssima deste ano e a projetada para 2016 não tão baixa quanto a autoridade monetária gostaria, indicam porque a elevação da taxa SELIC prossegue e só deve ser reconsiderada quando os prognósticos para a inflação de 2016 estiverem bem próximos de 4,50%.

Levará algum tempo até que a inflação dê sinais consistentes de reversão. Neste intervalo, é arriscado prever que o governo não sofrerá nenhum contragolpe em suas previsões orçamentárias, condição propícia para gerar instabilidade no mercado. Estas incertezas explicam a expectativa do mercado por mais ajustes na taxa SELIC antes de entrar em um período mais longo de estabilidade.

É fato que o planalto tem dado aval ao Banco Central para fazer o que for necessário para garantir a menor inflação possível no próximo ano. Ou seja, mesmo contrariado com o forte aperto, o governo não deve pressionar o Banco Central para que alivie na dose.

Isto porque, na avaliação interna do governo, este ano já será de sacrifício, com corte de gasto público e recessão. Por isso, será melhor concentrar os esforços agora para tentar garantir que, ao final deste ano ou pelo menos no início do próximo, as condições estejam propícias para que se comece uma redução na taxa de juros e garantir a retomada do crescimento.

Neste contexto, reafirmamos nossa recomendação de, por hora, manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em torno de 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral). O reposicionamento deverá ser gradativo, visando formar um preço médio para a carteira.

Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A.

Na renda variável, mantemos nossa recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Investimentos neste segmento devem estar direcionados para ativos que utilizam estratégias de gerar valor ao acionista, através de análises fundamentalistas.

Maio/2015

16/06/15 : 10:00 hs

(AUDIO CONFERENCIA)

- MARCIO (BB)
- KEILA (BB)
- ISABEL

CRISTIANO - GP

→ MARCIO - DTUM

→ JOÃO - CONTADEIRO MACROECONOMICO

2 EVENTOS C/ DESMAGUE

① Europa c/ perspectiva GREE
ABANDONAR O EURO
PODE MANTER VOLATILIDADE
MERCADO P/ CURTO PRAZO.

② CREDITOS GREE
(AJUSTE CREDITOS)
NÃO VÊ COM RISCO

③ FUNDOS NACIONAIS
ATRAIÇÃO ECONOMICA
EUA; E ESTÁ
PROXIMO À NORMALIZAÇÃO.

INICIA PROCESSO
AJUSTAMENTO DE JUNHO
PODE MANTER VOLATILIDADE
MERCADO.
FORTALECE - DOLAR
ENFRAQUECE - MOEDAS
ESTRANGEIRAS

NOTA: CAUTELA P/ 2º SEMESTRE/15
RENDA FIXA.

Economia Doméstica

~~INSTABILIDADE~~ → Em meio a processo de ajustes fiscal

INFLAÇÃO pode CHEGAR 9% Ano 2015

Indica que os ajustes política monetária e fiscal tem SEGURADO ~~PR~~ INESTABILIDADE MOEDA DO.

SELIC pode CHEGAR 14% c/ provável aumento no próximo COPOM 0,5 e deve ficar nos próximos meses

Renda Variável

CONTÁBIL INTERNACIONAL E NACIONAL (VÁRIAS FASES EXTERNO E INTERNO)

TEM OBSERVADO QUE A BOLSA (PUELLA P/ DOLAR) EM MARÇO/15 FOI BEM ATRAENTE E MOUXE INVESTIDORES ~~FINANCEIROS~~

— SOUBI EM ABRIL/15 = 10%

— CAIU EM MAIO/15 = 6%

2015
ACUMULADO
3,5%

RENTA VARIÁVEL (CONTINUAÇÃO)

→ PEDE CARTELA c/ papéis mais defensivos

- Buscam setores mais permissivos

• → FUNDO ALOCAÇÃO

→ munições passam CNPJ

RENTA FIXA

PAPÉIS c/ DIAS
VENCIMENTOS

BB PREV. ~~IPCAIX~~

NTBB 2018

IPCA IX

IPCA-VII - 16 18 20 E 22

IPCA + 6,6%

FUNDO CURTO RENDA VARIÁVEL

MÍNIMO ALOCAÇÃO : R\$ 300.000,00

PAPÉIS
c/ A VENCIM
ENTOS

Importante : 69% SÃO PAPÉIS 2016

Fundo Imobiliário (F.I.)

- Aplicação Mínima: 100000,00

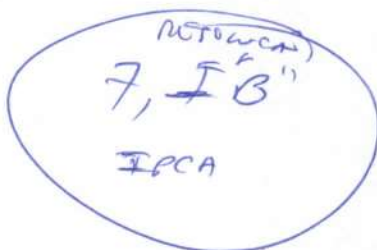
1 = Emissão - Realizada SET/2014

2 = Emissão Futura + 8,21%



NOTA:

MANTEN CONTINUA
MAIS CUSTA



Versão Excel 2015

Sair



Panorama Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

Informações por períodos

Retornos - Mês / Ano

2015

Maio

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instalt
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	978.411,84	0,00	0,00	1.007.718,31	31.304,67	3,21%	3,21%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	1.679.157,05	0,00	0,00	1.732.328,08	53.169,03	3,17%	3,17%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	6.976.756,88	0,00	0,00	7.163.127,90	176.371,22	2,53%	2,53%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FKA LP	3.244.867,19	0,00	0,00	3.323.599,08	78.731,89	2,43%	2,43%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	581.949,04	0,00	0,00	594.044,02	12.094,98	2,08%	2,08%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	18.850.498,75	0,00	0,00	19.200.155,74	349.656,98	1,85%	1,85%
BB IKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	2.467.144,13	0,00	0,00	2.512.822,09	45.477,96	1,84%	1,84%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	2.557.724,91	0,00	0,00	2.600.851,64	43.156,73	1,69%	1,69%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	1.112.883,00	0,00	0,00	1.125.271,00	12.588,00	1,13%	1,13%
CAIXA BRASIL IPCA VIII FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	350.723,60	0,00	0,00	354.846,20	3.925,60	1,12%	1,12%
CAIXA BRASIL IPCA IV FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	1.780.214,00	0,00	0,00	1.779.609,00	19.395,00	1,10%	1,10%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	1.112.698,62	0,00	0,00	1.124.857,77	12.159,15	1,09%	1,09%
CAIXA BRASIL IPCA XI FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	85.591,40	0,00	0,00	86.445,10	853,70	1,00%	1,00%
BB RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	2.099.232,05	167.842,67	0,00	2.286.596,47	19.521,75	0,86%	0,81%
CAIXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	11.570.821,51	1.418.846,06	1.467.748,83	11.629.221,57	101.302,63	0,78%	0,92%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	745.072,10	0,00	0,00	727.825,26	17.246,84	-2,31%	2,31%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	897.215,34	0,00	0,00	862.588,61	-34.626,73	-3,86%	-3,86%
BRAPESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	1.045.515,88	0,00	0,00	1.002.080,69	-43.435,19	-4,15%	-4,15%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	574.051,29	0,00	0,00	548.524,87	-25.526,42	-4,45%	-4,45%

Verado Excel 2015

Salv


[Panoramas](#) [Carteira](#) [Enquadramentos](#) [Rentabilidade](#) [Instituições](#) [Retornos](#) [Cadprev](#) [Credenciamentos](#) [APR](#) [Análises](#)

Distribuição dos Investimentos

2015

Maio

Total da Carteira: 59.646.142,40

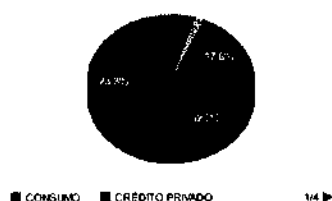
Distribuição - Administradores

Administrador	Valor	%
Caixa Econômica Federal	51.119.225,05	85,70%
BB Gestão de Recursos OTVM	7.525.636,66	12,62%
Bradesco Asset Management	1.002.080,69	1,68%



Distribuição - Sub-segmentos

Sub-segmento	Valor	%
IMA-GERAL	19.260.155,74	32,19%
RF-M 1	13.909.818,04	23,32%
IMA-B	10.476.726,98	17,56%
IPCA	2.844.172,79	4,77%
IMA-B 5+	2.740.042,30	4,59%
IMA-B 5	2.600.881,64	4,36%
IDRA 2A	2.512.622,09	4,21%
CRÉDITO PRIVADO	2.226.703,30	3,72%
DIVIDENDOS	1.002.080,69	1,68%
SMALL CAP	862.588,61	1,45%
CONSUMO	727.825,26	1,22%
INFRA-ESTRUTURA	548.524,67	0,92%



Distribuição - Segmentos

Segmento	Valor	%
RENTA FIXA	56.505.122,97	94,73%
RENTA VARIÁVEL	3.141.019,43	5,27%





Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Consulta Rentabilidade e Risco

Base: 29/05/2015

Mês Ano 3 Meses 6 Meses 12 Meses 24 Meses Box Admin Volt

RENTA FIXA

Fundo / Indicadores	%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,03%
CAXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	9,58%
CAXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	8,76%
IMA-B	8,63%
CAXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8,43%
IPCA + 8% aa. (Meta Atualizada)	7,83%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA M FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7,76%
CAXA BRASIL IPCA M FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	7,51%
CAXA BRASIL IPCA VM FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	7,49%
CAXA BRASIL IPCA XI FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	7,41%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7,29%
CAXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6,38%
BB IMA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6,36%
CAXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6,00%
CDI	4,81%
CAXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	4,79%
CAXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	4,51%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4,44%

RENTA VARIÁVEL

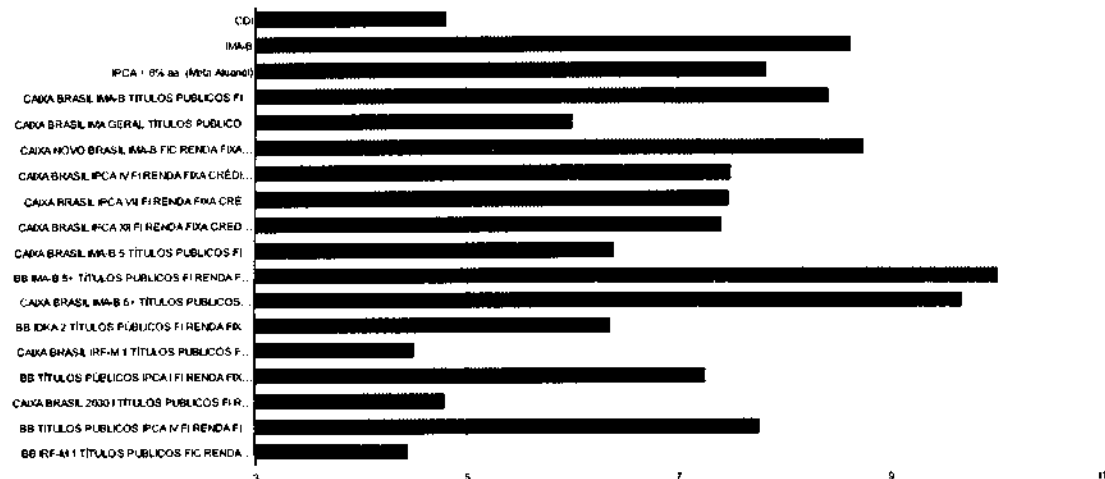
Fundo	%
IPCA + 6% aa. (Meta Atualizada)	7,83%
IBX-\$0	6,94%
IBOVESPA	5,51%
BRAPESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	4,57%
CAXA CONSUMO FIAÇÕES	0,26%
CAXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	0,15%
CAXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	-0,01%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

Renda Fixa





[Panoramas](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Consulta Rentabilidade e Risco

2015

Maio

Mês

Ano

3 Meses

6 Meses

12 Meses

24 Meses

Index Admin

Vár

RENTA FIXA

Fundo / Indicadora	%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3,21%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	3,17%
IMA-B	2,57%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	2,53%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	2,43%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IFIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2,08%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	1,85%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,84%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	1,69%
IPCA + 6% aa. (Meta Atualizada)	1,21%
CAIXA BRASIL 2030 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	1,13%
CAIXA BRASIL IPCA VII FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,12%
CAIXA BRASIL IPCA IV FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,10%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1,09%
CAIXA BRASIL IPCA XI FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,00%
CDI	0,98%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	0,92%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,91%

RENTA VARIÁVEL

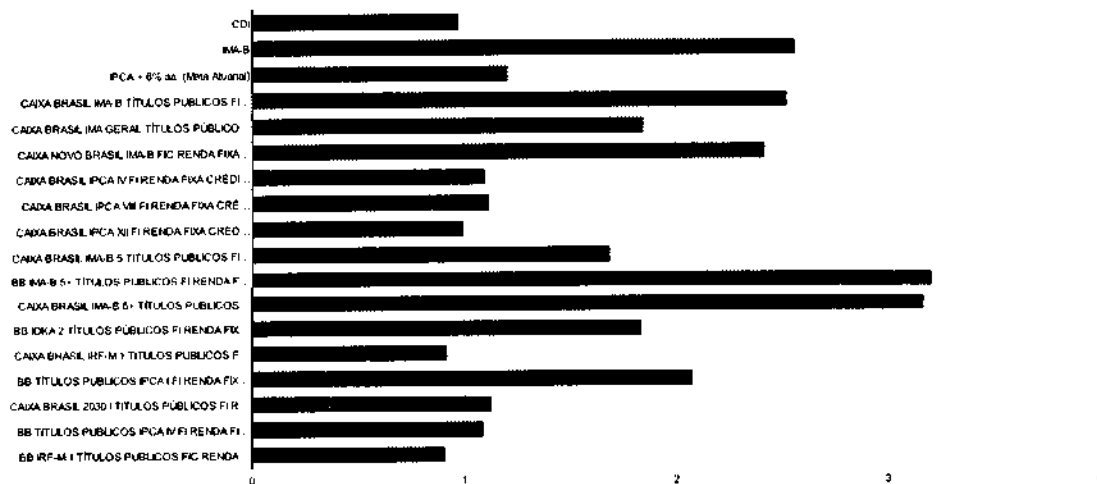
Fundo	%
IPCA + 6% aa. (Meta Atualizada)	1,21%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	-2,31%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIAÇÕES	-3,86%
BRABESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	-4,15%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	-4,46%
IBX-50	-6,05%
IBOVESPA	-6,17%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

Renda Fixa



Lr Versão Excel 2015 - Sair


[Panoramas](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Enquadramentos - Resolução 3922/10 e Política de Investimentos

2015

Maio

Total da Carteira: 59.646.142,40

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	80,87%	100,00%	48.116.647,80
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,57%	80,00%	3.323.599,08
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,77%	30,00%	2.844.172,79
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,72%	5,00%	2.220.703,30
Total Renda Fixa	94,73%	100,00%	56.505.122,97
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 8º, Inciso III	5,27%	15,00%	3.141.019,43
Total Renda Variável	5,27%	30,00%	3.141.019,43

Enquadramento na Política de Investimentos

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	80,87%	85,00%	48.116.647,80	2.582.573,24
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,57%	20,00%	3.323.599,08	8.605.629,40
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,77%	30,00%	2.844.172,79	15.049.669,93
Artigo 7º, Inciso VI	0,00%	7,50%	0,00	4.473.480,66
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"	0,00%	2,50%	0,00	1.491.153,56
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,72%	5,00%	2.220.703,30	761.603,82
Total Renda Fixa	94,73%	150,00%	56.505.122,97	
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	0,00%	5,00%	0,00	2.962.307,12
Artigo 8º, Inciso III	5,27%	13,00%	3.141.019,43	4.612.979,08
Artigo 8º, Inciso IV	0,00%	4,00%	0,00	2.385.845,70
Artigo 8º, Inciso V	0,00%	3,00%	0,00	1.789.384,27
Artigo 8º, Inciso VI	0,00%	3,00%	0,00	1.789.384,27
Total Renda Variável	5,27%	25,00%	3.141.019,43	

LX Versão Excel 2015

Sair



Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Composição da Carteira

2015 Maio

Total da Carteira: R\$ 646.142,40

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Qtde. Cotistas	Particip. S/ Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010 - 4.392/2014
CAXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	D+0	748	11,99%	7.153.127,90	0,16%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	D+0	564	4,36%	2.600.681,64	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB IKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	D+1	543	4,21%	2.512.622,09	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	D+0	1.147	3,63%	2.286.596,47	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	D+0	267	32,19%	19.200.155,74	1,22%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	D+0	1.217	19,49%	11.623.221,57	0,13%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA BRASIL IMA-B 6+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	D+0	163	2,90%	1.732.326,08	0,36%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	D+2	314	1,69%	1.007.716,31	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"
CAXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FKA LP	D+0	366	5,57%	3.323.599,08	0,13%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	D+0	85	1,00%	594.044,02	0,18%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	D+0	34	1,69%	1.125.271,00	0,65%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	D+0	116	1,69%	1.124.857,77	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"
CAXA BRASIL IPCA XI FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	D+0	23	0,14%	86.445,10	0,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAXA BRASIL IPCA V FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	D+0	33	0,59%	354.649,20	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAXA BRASIL IPCA IV FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	D+0	10	2,99%	1.779.609,00	1,96%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"
CAXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	D+33	60	1,45%	862.588,61	0,52%	Artigo 8º, Inciso III
CAXA CONSUMO FIAÇÕES	D+4	1.556	1,22%	727.625,26	4,19%	Artigo 8º, Inciso III
CAXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	D+4	167	0,82%	548.524,87	3,51%	Artigo 8º, Inciso III
BRAPESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	D+4	314	1,66%	1.002.080,89	0,21%	Artigo 8º, Inciso III

Versão Excel 2015

Sair


[Panorama](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cedprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Composição da Carteira

2015	Mais						Total da Carteira: 59.646.142,40
Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Qtde. Cotas	Particip. % Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010 - 4.392/2014	
CAXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	746	11,99%	7.153.127,90	0,16%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	564	4,36%	2.600.881,64	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	543	4,21%	2.512.622,09	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	1.147	3,83%	2.286.598,47	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	267	32,19%	19.200.155,74	1,22%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	1.217	19,49%	11.623.221,57	0,13%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	153	2,90%	1.732.328,08	0,38%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	314	1,69%	1.007.716,31	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAXA NOVO BRASIL IMA-B FI RENDA FIXA LP	D+0	388	5,57%	3.323.598,08	0,13%	Artigo 7º, Inciso II, Alínea "a"	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	95	1,00%	594.044,02	0,18%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
CAXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	34	1,89%	1.125.271,00	0,65%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	116	1,80%	1.124.657,77	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
CAXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	23	0,14%	86.445,10	0,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	33	0,55%	354.649,20	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	10	2,98%	1.779.609,00	1,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAXA VALOR SMALL CAP RPPS FI AÇÕES	D+33	60	1,45%	862.588,61	0,52%	Artigo 8º, Inciso III	
CAXA CONSUMO FI AÇÕES	D+4	1.558	1,32%	727.825,26	4,19%	Artigo 8º, Inciso III	
CAXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	D+4	167	0,92%	548.524,87	3,51%	Artigo 8º, Inciso III	
BRAPESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	D+4	314	1,68%	1.002.680,69	0,21%	Artigo 8º, Inciso III	

FUNDO SPANISH DE APOIAMENTO ÀS PESSOAS DEBILITADAS

Versão Excel 2015

Saír



Panoramas

Carteira

Enquadramentos

Rentabilidade

Instituições

Retornos

Cadprev

Credenciamentos

APR

Análises

Composição da Carteira

Total da Carteira: 59.646.142,40

2015	Maio						
Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Qtde. Cotistas	Particip. \$/ Total	Saldo	% S/ PL do Fundo	RESOLUÇÃO - 3.922/2010 - 4.392/2014	
CAIXA BRASIL MA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	748	11,99% ✓	7.153.127,90	0,16%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL MA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	564	4,36% ✓	2.600.861,64	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB DKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	543	4,21%	2.512.622,09	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	1.147	3,83%	2.286.596,47	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL MA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	267	32,19% ✓	19.200.155,74	1,22%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	1.217	19,49%	11.623.221,57	0,13%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL MA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	163	2,90% ✓	1.732.326,08	0,36%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
BB MA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	314	1,69% ✓	1.007.716,31	0,09%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	
CAIXA NOVO BRASIL MA-B FIC RENDA FIXA LP	D+0	388	5,57% ✓	3.323.599,08	0,13%	Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	95	1,00%	594.044,02	0,18%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	34	1,89%	1.125.271,00	0,65%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	116	1,89%	1.124.857,77	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	
CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	23	0,14%	86.445,10	0,08%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	33	0,59%	354.649,20	0,40%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	D+0	10	2,98%	1.779.609,00	1,96%	Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	D+33	60	1,45%	862.588,61	0,52%	Artigo 8º, Inciso III	
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	D+4	1.556	1,22%	727.825,26	4,19%	Artigo 8º, Inciso III	
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	D+4	167	0,92%	548.524,87	3,51%	Artigo 8º, Inciso III	
BRASECO DIVIDENDOS FIAÇÕES	D+4	314	1,68%	1.002.080,89	0,21%	Artigo 8º, Inciso III	



[Panorama](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Enquadramentos - Resolução 3622/10 e Política de Investimentos

2015 Maio

Total da Carteira: 59.646.142,40

Enquadramento na Resolução 3.922/2010 - 4.392/2014

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	80,67%	100,00%	48.116.647,80
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,57%	80,00%	3.323.599,08
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,77%	30,00%	2.844.172,79
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,72%	5,00%	2.220.703,30
Total Renda Fixa	94,73%	100,00%	56.505.122,97
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo
Artigo 8º, Inciso III	5,27%	15,00%	3.141.019,43
Total Renda Variável	5,27%	30,00%	3.141.019,43

Enquadramento na Política de Investimentos

Artigos - Renda Fixa	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	80,67%	85,00%	48.116.647,80	2.582.573,24
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	5,57%	20,00%	3.323.599,08	8.605.629,40
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea "a"	4,77%	30,00%	2.844.172,79	15.049.669,93
Artigo 7º, Inciso VI	0,00%	7,50%	0,00	4.473.480,68
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "a"	0,00%	2,50%	0,00	1.491.153,56
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea "b"	3,72%	5,00%	2.220.703,30	761.803,62
Total Renda Fixa	94,73%	150,00%	56.505.122,97	
Artigos - Renda Variável	% PL	Limite	Total Artigo	GAP
Artigo 8º, Inciso I	0,00%	5,00%	0,00	2.982.307,12
Artigo 8º, Inciso III	5,27%	13,00%	3.141.019,43	4.612.979,08
Artigo 8º, Inciso IV	0,00%	4,00%	0,00	2.385.945,70
Artigo 8º, Inciso V	0,00%	3,00%	0,00	1.789.384,27
Artigo 8º, Inciso VI	0,00%	3,00%	0,00	1.789.384,27
Total Renda Variável	5,27%	28,00%	3.141.019,43	



Panoramas Carteira Enquadramentos Rentabilidade Instituições Retornos Cadprev Credenciamentos APR Análises

Consulta Rentabilidade e Risco

2015

Maio

Mês

Ano

3 Meses

6 Meses

12 Meses

24 Meses

Isq. Admin.

Vant

RENTA FIXA

Fundo / Indicadores	%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	3,21%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	3,17%
IMA-B	2,87%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	2,53%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FKA LP	2,43%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IFI RENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	2,08%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	1,85%
BB IKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	1,84%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA LP	1,69%
IPCA + 6% aa. (Média Anual)	1,21%
CAIXA BRASIL 2030 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	1,13%
CAIXA BRASIL IPCA VII FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	1,12%
CAIXA BRASIL IPCA IV FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	1,10%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA M FIRENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	1,09%
CAIXA BRASIL IPCA XII FIRENDA FKA CRÉDITO PRIVADO	1,00%
CDI	0,98%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FKA	0,92%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FKA PREVIDENCIÁRIO	0,91%

RENTA VARIÁVEL

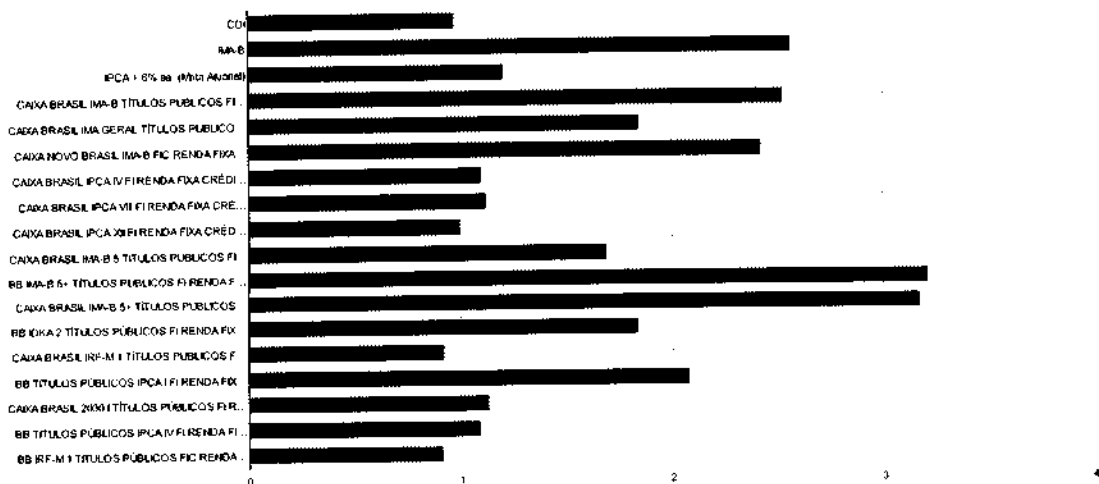
Fundo	%
IPCA + 6% aa. (Média Anual)	1,21%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	-2,31%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	-3,86%
BRANCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	-4,15%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	-4,45%
IBX-50	-6,05%
IBOVESPA	-6,17%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

Renda Fixa



Versão Excel 2015

Sair


[Panoramas](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Consulta Rentabilidade e Risco

Base: 29/05/2015

Mês

Ano

3 Meses

6 Meses

12 Meses

24 Meses

Ítem Admin.

Voto

RENTA FIXA

Fundo / Indicadores	%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,03%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	9,66%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	8,79%
IMA-B	8,63%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8,43%
IPCA + 6% aa. (Meta Atualizada)	7,83%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA M FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7,76%
CAIXA BRASIL IPCA M FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	7,51%
CAIXA BRASIL IPCA VM FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	7,49%
CAIXA BRASIL IPCA XI FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	7,41%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7,25%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6,39%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6,36%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6,00%
CDI	4,81%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	4,79%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	4,51%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4,44%

RENTA VARIÁVEL

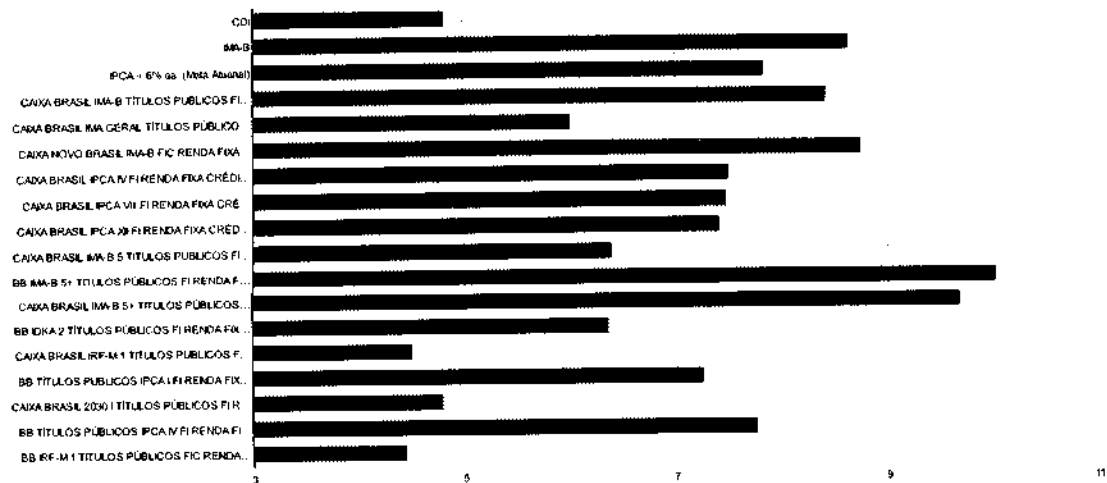
Fundo	%
IPCA + 8% aa. (Meta Atualizada)	7,83%
IBX-50	6,94%
IBOVESPA	6,51%
BRADESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	4,57%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	0,26%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	-6,16%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIAÇÕES	-9,01%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

Renda Fixa



Versão Excel 2015 ... Sair


[Panorama](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Distribuição dos Investimentos

2015

Maio

Total da Carteira: 59.846.142,40

Distribuição - Administradores

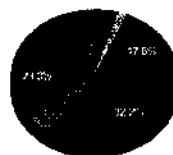
Administrador	Valor	%
CADIA ECONÔMICA FEDERAL	51.118.225,05	85,76%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	7.525.836,66	12,62%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	1.002.080,69	1,68%



■ BB GESTÃO DE R... ■ BRADESCO ASSE... 1/2 ►

Distribuição - Sub-segmentos

Sub-segmento	Valor	%
IMA-GERAL	19.200.155,74	32,19%
IRF-M 1	18.909.816,04	23,32%
IMA-B	10.476.728,98	17,56%
PCA	2.844.172,79	4,77%
IMA-B 5+	2.740.042,39	4,59%
IMA-B 5	2.600.881,64	4,36%
IDK-A 2A	2.512.622,09	4,21%
CRÉDITO PRIVADO	2.220.703,30	3,72%
DIVIDENDOS	1.002.080,69	1,68%
SMALL CAP	862.566,61	1,45%
CONSUMO	727.825,26	1,22%
INFRA-ESTRUTURA	548.524,87	0,92%



■ CONSUMO ■ CRÉDITO PRIVADO 1/4 ►

Distribuição - Segmentos

Segmento	Valor	%
RENTA FIXA	56.505.122,97	94,73%
RENTA VARIÁVEL	3.141.019,43	5,27%



■ RENTA FIXA ■ RENTA VARIÁVEL

Versão Excel 2015

Sair


[Panoramas](#) [Carteira](#) [Enquadramentos](#) [Rentabilidade](#) [Instituições](#) [Retornos](#) [Cadprev](#) [Credenciamentos](#) [APR](#) [Anúncios](#)

Distribuição dos Investimentos

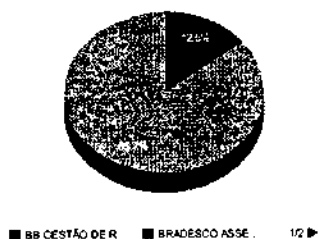
2015

Maio

Total da Carteira: 59.846.142,40

Distribuição - Administradores

Administrador	Valor	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	51.118.225,05	85,70%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	7.525.836,86	12,62%
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	1.002.080,69	1,68%



Distribuição - Sub-segmentos

Sub-segmento	Valor	%
IMA-GERAL	19.200.155,74	32,19%
RF-At 1	13.909.816,94	23,32%
IMA-B	10.476.728,98	17,58%
IPCA	2.844.172,79	4,77%
IMA-B 5+	2.740.042,39	4,59%
IMA-B 5	2.600.881,64	4,36%
IDICA 2A	2.512.622,09	4,21%
CRÉDITO PRIVADO	2.220.703,30	3,72%
DIVIDENDOS	1.002.080,69	1,68%
SMALL CAP	862.588,61	1,45%
CONSUMO	727.825,26	1,22%
INFRA-ESTRUTURA	548.524,87	0,92%



Distribuição - Segmentos

Segmento	Valor	%
RENTA FIXA	56.505.122,97	94,73%
RENTA VARIÁVEL	3.141.019,43	5,27%



Versão Excel 2015 Sair


[Panorama](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Resultado das aplicações financeiras após as movimentações

Informações por períodos

Retornos - Mês / Ano

2015

Maio

Ativos	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (R\$)	Retorno (%)	(%) Instit
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	976.411,84	0,00	0,00	1.007.716,31	31.304,67	3,21%	3,21%
CAXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	1.679.157,05	0,00	0,00	1.732.326,08	53.169,03	3,17%	3,17%
CAXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	6.979.756,68	0,00	0,00	7.153.127,90	173.371,22	2,53%	2,53%
CAXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	3.244.867,19	0,00	0,00	3.323.599,08	78.731,89	2,43%	2,43%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	581.949,04	0,00	0,00	594.044,02	12.094,98	2,08%	2,08%
CAXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	19.850.498,75	0,00	0,00	19.200.155,74	349.658,89	1,85%	1,85%
BB IMA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.487.144,13	0,00	0,00	2.512.822,09	45.477,96	1,84%	1,84%
CAXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA LP	2.557.724,91	0,00	0,00	2.600.881,64	43.156,73	1,69%	1,69%
CAXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	1.112.663,90	0,00	0,00	1.125.271,00	12.588,00	1,13%	1,13%
CAXA BRASIL IPCA VIM FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	350.723,60	0,00	0,00	354.649,20	3.925,60	1,12%	1,12%
CAXA BRASIL IPCA IV FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.780.214,00	0,00	0,00	1.779.609,00	19.395,00	1,10%	1,10%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FIRENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.112.898,62	0,00	0,00	1.124.857,77	12.159,15	1,09%	1,09%
CAXA BRASIL IPCA XI FIRENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	85.591,40	0,00	0,00	86.445,10	853,70	1,00%	1,00%
BB RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.089.232,05	167.842,67	0,00	2.286.596,47	19.521,75	0,88%	0,91%
CAXA BRASIL RF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	11.570.821,51	1.418.846,06	1.467.748,83	11.523.221,57	101.302,83	0,78%	0,82%
CAXA CONSUMO FIAÇÕES	745.072,10	0,00	0,00	727.825,26	-17.246,84	-2,31%	-2,31%
CAXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	897.215,34	0,00	0,00	861.588,61	-35.626,73	-3,96%	-3,96%
BRADESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	1.045.515,88	0,00	0,00	1.002.080,69	-43.435,19	-4,15%	-4,15%
CAXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	574.051,29	0,00	0,00	548.524,87	-25.526,42	-4,45%	-4,45%

Versão Excel 2016

Sair



[Panoramas](#)
[Carteira](#)
[Enquadramentos](#)
[Rentabilidade](#)
[Instituições](#)
[Retornos](#)
[Cadprev](#)
[Credenciamentos](#)
[APR](#)
[Análises](#)

Consulta Rentabilidade e Risco

Base: 29/05/2015

1/Mês

Ano

3 Meses

6 Meses

12 Meses

24 Meses

Taxa Admin

VaR

RENTA FIXA

Fundo / Indicadores	%
IPCA + 8% aa. (Meta Atualizada)	15,03%
CAIXA BRASIL IPCA VIX F RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	14,88%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	14,83%
CAIXA BRASIL IPCA XI F RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	14,81%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	14,80%
CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	14,01%
CAIXA BRASIL IPCA IV F RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	13,98%
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA LP	13,70%
IMA-B	13,68%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA LP	13,31%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12,33%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA LP	12,11%
BB IKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	12,06%
CDI	11,84%
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA LP	11,49%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA	10,82%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	10,69%
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS F RENDA FIXA	8,41%

RENTA VARIÁVEL

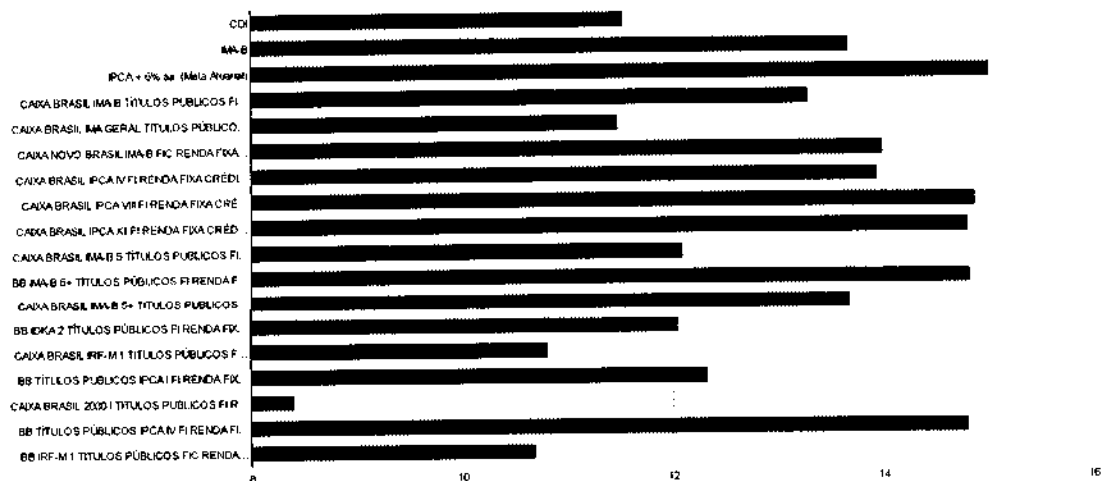
Fundo	%
IPCA + 8% aa. (Meta Atualizada)	15,03%
CAIXA CONSUMO FIAÇÕES	9,38%
IBX-90	3,99%
IBOVESPA	2,97%
BRAPESCO DIVIDENDOS FIAÇÕES	1,04%
CAIXA INFRAESTRUTURA FIAÇÕES	-14,58%
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	-18,20%

Gráfico

Renda Fixa

Renda Variável

Renda Fixa



Conta 33653-X

Avaliação de Fundo de Investimento



cm crédito &
mercado
Consultoria em Investimentos

Administração

O Fundo será administrado pela **BB GESTÃO DE RECURSOS DE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, salas 201, 202, 301 e 302, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 30.822.936/0001-69, devidamente autorizada pela CVM a exercer as atividades de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 1.481, de 13 de agosto de 1990.

Gestão

A **gestão** da carteira do Fundo será exercida pela **RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 6.051, de 27 de julho de 2000, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet n.º 222, bloco B, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.864.607/0001-08.

Histórico:

Fundada em janeiro de 2000 como uma administradora de capital de risco no Brasil, a Rio Bravo tornou-se uma empresa de gestão de investimentos diversificada, **com forte presença no Brasil**.

É liderada por 3 sócios principais: Mario Fleck (CEO da Rio Bravo e ex-CEO da Accenture no Brasil), Gustavo Franco (Presidente do Conselho e Estrategista-Chefe da Rio Bravo, ex-presidente do Banco Central) e Paulo Bilyk (CIO da Rio Bravo e ex-Sócio e Diretor Executivo do Banco Pactual).

Atualmente possui mais de **R\$ 10,3 bilhões** de ativos sob gestão (dados de maio/2014) em fundos estruturados e mais de 100 profissionais baseados em escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Suas estratégias de investimentos compreendem **6 áreas: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Imobiliários, Private Equity, Investimentos em Infraestrutura e Multiativos e Portfólios**. A Rio Bravo conta com uma ampla base de relacionamento com os clientes, sendo mais de 120 investidores institucionais brasileiros (incluindo mais de 50 fundos de pensão e as principais instituições financeiras brasileiras) e mais de 300 investidores pessoa física de alta renda.

A Rio Bravo também presta toda uma gama de serviços de *Personal Advisory*, com produtos próprios e de terceiros, para investidores e *family offices*, inclusive internacionais. Ao prover serviços para investidores, a Rio Bravo desenvolveu uma operação de administração de fundos imobiliários que se tornou uma das maiores do país, atendendo investidores institucionais e individuais.

A Rio Bravo é uma das principais administradoras de fundos imobiliários do país, gerindo 26 Fundos Imobiliários com investimentos em imóveis que superam R\$7,85 bilhões (dados de setembro de 2013).

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de Rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

A Rio Bravo tem experiência na estruturação, distribuição e administração de cotas de fundos de investimento imobiliários, com equipes especializadas em cinco setores: Varejo e Shopping Centers, Edifícios, Agências e Centros Comerciais; Residenciais; Infraestrutura e Logística; e Hotéis.

Time experiente liderado por três sócios principais:

Paulo A. P. Bilyk - Chief Investment Officer da Rio Bravo. Além de ter sido um dos sócios fundadores da empresa em 2000. Anteriormente, Paulo foi sócio e diretor executivo do Banco Pactual (atualmente BTG Pactual), onde dirigiu o departamento de finanças corporativas, que passou a integrar em 1992 como associado. Nessa atividade Paulo assessorou grandes e médias empresas no Brasil em aquisições e vendas de ativos, operações de mercados de capitais e reestruturações de dívidas. Antes do Pactual, trabalhou de 1987 a 1989 na área de operações internacionais da Itautec Informática, uma das principais empresas na área de sistemas de informação no Brasil, lidando com assuntos relacionados ao Departamento de Comércio norte-americano e participando da equipe que deu início a uma joint venture da empresa com a IBM para a comercialização do sistema AS/400 no Brasil. Paulo Bilyk formou-se em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, em 1988, e concluiu seu mestrado pela Fletcher School of Law and Diplomacy em 1992.

Gustavo H. B. Franco - Estrategista-chefe e Presidente do Conselho de Administração, é um dos sócios fundadores. Foi presidente do Banco Central do Brasil entre agosto de 1997 e janeiro de 1999, tendo sido, nos 4 (quatro) anos anteriores, diretor da Área Internacional do Banco Central e Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Durante o período em que esteve no serviço público, Gustavo teve participação central na formulação, operacionalização e administração do Plano Real. Conduziu diretamente a operação dos mercados, negociações financeiras internacionais (Plano Brady, acordo com o FMI em 1998), lançamentos de bônus da República, reestruturações bancárias (PROES, PROER, privatizações) e aspectos regulatórios próprios das atividades de bancos centrais. De 1986 a 1993, Gustavo foi professor e pesquisador do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - atividade que retomou em 2004 - e foi consultor de diversas organizações internacionais, de órgãos do governo federal, de Estados e do Município do Rio de Janeiro, bem como de várias empresas privadas nacionais e estrangeiras. Também foi professor visitante e fellow na University of California Los Angeles, Stanford e Harvard. Gustavo é membro do conselho de administração do Banco Daycoval, mantém atividade acadêmica (aulas e pesquisas) e escreve regularmente para jornais e revistas. Tem 10 (dez) livros publicados e mais de uma centena de artigos em revistas acadêmicas. Seus escritos podem ser encontrados em sua home page: www.econ.puc-rio.br/gfranco. É bacharel (1979) e mestre (1982) em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e PhD (1986) pela Harvard University.

Mario Fleck - Presidente da Rio Bravo desde janeiro de 2009, depois de 4 (quatro) anos como diretor de renda variável. Naquela posição, Mário ajudou a criar e gerir o Rio Bravo Fundamental FIA, o fundo de valor e ativismo da Rio Bravo, do qual continua sendo o gestor. Mário veio para a Rio Bravo depois de trabalhar 28 (vinte e oito) anos na Accenture, sendo 14 (quatorze) como presidente no Brasil. Ingressou na Accenture em 1976, quando a empresa ainda se chamava Andersen Consulting, e se tornou sócio em 1986. Liderou o Grupo de Produtos de Consumo até 1990, quando passou a presidir a empresa no Brasil. Também integrou o conselho mundial da empresa e liderou projetos para clientes como o Grupo Pão de Açúcar, Sadia e Vale, entre outros. Mário é membro do conselho de administração

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

da Cremer e da Eternit, foi conselheiro da Unipar e da Ferbasa, e é conselheiro de 3 (três) empresas não listadas em Bolsa: Disec, Direct Talk e Tecnológica. Mário Fleck formou-se em engenharia mecânica e industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Demais membros da equipe de gestão:

Scheila da Cruz Nassif Lofrano – Diretora de Clientes Institucionais, juntou-se a equipe de investidores institucionais em 2009. Scheila possui mais de 18 anos de experiência no atendimento de clientes institucionais e corporativos. Anteriormente Scheila foi responsável pela captação de clientes institucionais e corporativos na SulAmérica Investimentos e trabalhou na estruturação da área comercial da Meta Asset Management. Scheila é graduada em administração de empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado em engenharia da produção pela mesma universidade. É autora do livro: “Fidelização e Captação de Investidores Institucionais” (Editora A Girafa, 2004).

João Alberto Domenici, CFA, CFP® - Gestor da área de Multiativos e Portfólios, integrou-se a equipe da Rio Bravo em outubro de 2010, na função de estrategista da área de Personal Advisory. Profissional do mercado financeiro há 26 anos, passou por várias instituições financeiras, como o Banco Tendência, Banco Itaú, Banif, ING e Votorantim Asset, atuando em diversas áreas: gestão de fundos e portfólios onshore e offshore, estruturação de produtos, Asset Allocation, comercial (segmento de Institucionais), Fund-of-Funds, market-making de derivativos, brokerage, diretoria financeira e administrativa, Wealth Management para clientes Private, etc.. Leciona eventualmente na área de finanças. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo em 1993, pós-graduado em economia pela FIPE-FEA/USP em (2000) e Mestrado em Engenharia Financeira pelo Instituto de Matemática e Estatística, IME-FEA/USP em (2002). Graduando em Direito. Possui certificações CFA (Chartered Financial Analyst), CFP (Certified Financial Planner), CGA (Certificação de Gestão de Ativos – ANBIMA) e CPA-20 (ANBIMA).

Miguel Russo Neto – Diretor de Operações, Compliance e Risco, é diretor da Rio Bravo desde junho de 2007, responsável pela Diretoria de Operações, Jurídico, Risco e Compliance, e sócio da Rio Bravo. Trabalhou de 1992 a 2007 na Sul América Investimentos, onde foi responsável por administração de risco, compliance, jurídico, tecnologia e back office. Também trabalhou na administração de fundo de fundos e na área de produtos. Miguel formou-se em Economia pela FEA/USP e concluiu seu mestrado em Modelagem Matemática em Finanças pelo IME-FEA/USP em 2004.

Pedro Bohrer Amaral – Gerente Jurídico, juntou-se a Rio Bravo em 2011 como gerente jurídico. Anteriormente, Pedro trabalhou no Silveiro Advogados e no Veirano Advogados, em Porto Alegre, e no Berg & Parker LLP em San Francisco. Em 2007, Pedro ingressou no Shearman & Sterling LLP, escritório de advocacia internacional, onde atuou na área de mercado de capitais em Nova Iorque e São Paulo. Durante sua experiência no Shearman & Sterling LLP, Pedro foi também alocado temporariamente no Barros y Errázuriz, escritório de advocacia chileno, e na Ecopetrol S.A., petroleira colombiana, com a finalidade de assessorar clientes estrangeiros na constituição de estruturas para investimento no Chile e a própria Ecopetrol em operações de exploração e produção de petróleo e gás fora da Colômbia. Pedro estudou direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, obteve um mestrado em direito

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

(LL.M.) na Northwestern University School of Law em Chicago e cursou o primeiro ano de MBA na Kellogg Graduate School of Management, também em Chicago.

Mario Harry Lavoura – Advogado, ingressou na Rio Bravo em 2007, atuando como advogado no departamento jurídico. Anteriormente, Mario atuou na área de mercado de capital e societário no escritório Choaib Paiva e Justo Advogados Associados. Na Rio Bravo, sua atuação ocorre em operações de estruturação de fundos imobiliários, fundos de Private Equity, e fundos abertos. Adicionalmente, desenvolve papel fundamental na reestruturação e manutenção societária do Grupo Rio Bravo. Mario é advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e realizou especialização em Direito Empresarial na Fundação Getúlio Vargas.

Responsável pela gestão do fundo:

Alexandre Fernandes e Souza – Diretor de crédito

Alexandre juntou-se à Rio Bravo em 2005 por meio da aquisição da MVP – Mercatto Venture Partners, da qual era sócio-fundador. Anteriormente, trabalhou como analista sênior na área de mezzanine private equity da Albion Alliance e foi analista senior para o setor elétrico no Banco Bozano, Simonsen, tendo atuado na maioria dos processos de privatização conduzidos pelo governo brasileiro naquele setor e na estruturação e distribuição internacional de emissões de títulos de dívida corporativa e ações. Anteriormente, trabalhou também na Ativa CTVM e na Price Waterhouse. Como executivo da área de Private Equity e Venture Capital da Rio Bravo, participou das decisões de investimento/desinvestimento e dos Conselhos de Administração de diversas companhias do portfólio, sempre com participação ativa nos Comitês Financeiros dessas companhias. Esteve diretamente envolvido na estruturação de um projeto para constituição de um Fundo de Investimento Mezanino. Desde 2011 coordena a área de Renda Fixa e Crédito Estruturado da Rio Bravo. Alexandre é formado em Administração de Empresas pela PUC-RJ e completou vários cursos de extensão focados em private equity e mezzanine investing na Harvard Business School.

A equipe de gestão de Crédito da Rio Bravo é responsável atualmente pela gestão de três fundos imobiliários, a saber: (i) Rio Bravo Crédito Imobiliário I – FII, (ii) Rio Bravo Crédito Imobiliário II – FII, estes fundos caracterizados como fundos imobiliários listados em bolsa destinados à aquisição de ativos imobiliários de dívida, preponderantemente Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, e de patrimônio próximo a R\$ 50 milhões cada, e (iii) JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista Capital Protegido FII, primeiro fundo imobiliário de capital protegido do Brasil e que tem como objetivo o investimento indireto na receita líquida futura do empreendimento Fazenda Boa Vista, incorporado e construído pela JHSF Participações S.A.. O fundo foi emitido em julho de 2013 no montante total de R\$ 125,4 milhões. Além da gestão dos fundos anteriormente citados, a equipe é também responsável pela origemação e estruturação de operações de CRI no mercado de capitais, tendo já estruturado cerca de R\$ 150 milhões em operações desta natureza desde o início de 2012. A atuação no mercado de capitais confere vantagem competitiva à casa que, desta forma, tem acesso a operações menos óbvias e que proporcionam melhor risco/retorno em relação às amplamente distribuídas a mercado. Como política interna da empresa, não se pode adquirir a totalidade de uma emissão que tenha sido originada e/ou estruturada pela Rio Bravo, bem como busca-se utilizar de dispositivos que alinhem seus interesses ao do investidor, como, por exemplo, o dispositivo de Clawback existente no fundo Rio Bravo Crédito Imobiliário II.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

Demais Prestadores de Serviços

Coordenador Líder: BB Banco de Investimentos S.A.

Escriturador das Cotas: Banco do Brasil S.A.

Processamento, Controladoria e Custódia: Itaú Unibanco S.A.

Auditor Independente: Não informado

O Fundo Imobiliário

Conceito:

O fundo de investimento imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários e ativos financeiros com lastro imobiliário. É constituído sob a forma de condomínio fechado, onde o resgate de quotas não é permitido.

O objetivo de um fundo imobiliário é auferir ganhos mediante locação, arrendamento e/ou alienação das unidades do empreendimento, da aquisição de ativos financeiros que possuam garantias de hipoteca, ou da cessão fiduciária de recebíveis imobiliários adquiridos pelo Fundo.

O arrendamento gera receitas por meio da cobrança de valor correspondente a um percentual do lucro auferido pela empresa arrendatária, ou pelo pagamento de uma porcentagem do valor total do imóvel arrendado, podendo os dois critérios ser adotados concomitantemente.

Caso o objeto do Fundo seja obter ganhos por meio da alienação dos imóveis adquiridos, o rendimento será resultado da venda dos referidos imóveis por valor superior ao dependido para a sua aquisição.

Para o caso do fundo objetivar obter ganhos por meio da aquisição de ativos financeiros com garantias de hipoteca e/ou da cessão fiduciária de recebíveis imobiliários, o rendimento será o resultado da remuneração de tais ativos, com base nas taxas contratadas.

Características Gerais do Fundo:

-Valor do Patrimônio Autorizado: R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

-Valor da Oferta da 2ª Emissão: R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

-Quantidade de Cotas da 2ª Emissão: 800.000 (oitocentas mil) cotas.

-Valor da Oferta Mínima da 2ª Emissão: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

-Quantidade Mínima de cotas da 2ª Emissão: 400.000 (quatrocentas mil) quotas.

- Lote Suplementar e Cotas Adicionais: Até 15% (quinze por cento) do total da oferta, ou seja, até 120.000 (cento e vinte mil) cotas, e até 20% (vinte por cento) do total da oferta, ou seja, até 160.000 (cento e sessenta mil) cotas.

-Valor Unitário da Cota: R\$ 100,00 (cem reais).

-Aplicação Mínima: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

-Tipo de Condomínio: Fechado, não sendo permitido o resgate de cotas;

-Prazo de Duração do Fundo: 10 (dez) anos, contados da data da primeira integralização de cotas

-Pagamento do Rendimento: semestralmente, com base nos balancetes encerrados em 30/junho e 31/dezembro de cada ano, o fundo distribuirá, no mínimo, 95% dos lucros auferidos. Mensalmente, no 6º dia útil subsequente ao do recebimento dos recursos pelo fundo, serão antecipados os rendimentos semestrais;

-Amortizações: Após o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data do início do fundo, as amortizações ocorrerão em 8 (oito) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira no 36º (trigésimo sexto) mês após o início do fundo. Poderão ocorrer amortizações não programadas, a critério do gestor, no caso de pré-pagamento de operações de CRI componentes da carteira do fundo.

-Taxa de Administração: 0,85% ao ano, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo.

-Taxa de Performance: 20% sobre os rendimentos que excederem o capital investido atualizado pela: pela taxa da Nota do Tesouro Nacional, Série B, com vencimento em 2019, apurada 4 (quatro) meses após a liquidação da oferta e fixada ao longo de todo o prazo do fundo, acrescido de 1,00% (um por cento), sendo a rentabilidade capitalizada e calculada *pro rata die*, considerado o ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias ou (b) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescido de 6,00% (seis por cento) ao ano, sendo que será considerado o maior valor entre os itens (a) e (b). Para fins de cálculo do capital recuperado pelos cotistas o saldo remanescente do valor investido será atualizado da data de início até o dia da primeira amortização programada e depois entre cada nova amortização programada, utilizando o conceito de "clawback"¹;

¹ Caso em um determinado período de apuração, a rentabilidade do fundo não atinja a rentabilidade proporcionada pelo benchmark, o administrador e/ou o gestor devolverão ao fundo, em montante o bastante para que a rentabilidade do período findo seja equivalente ao benchmark, valor retido como taxa de performance nos períodos anteriores. Tal devolução ocorrerá na forma de desconto na taxa de administração. Valores recolhidos a título de IR não serão devolvidos.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

-Rentabilidade Desejada: Superar o rendimento proporcionado pela NTN-B vencimento 15/08/2019, acrescido de um "spread" de 1,50% ao ano.

Tese de Investimento:

O objeto do fundo é o investimento em um portfólio diversificado de ativos com lastro em empreendimentos imobiliários.

O fundo buscará adquirir ativos imobiliários de dívida, preponderantemente Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI's, podendo também adquirir Letras de Crédito Imobiliário - LCI's, Letras Hipotecárias - LH's, Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FIIs. As disponibilidades financeiras do FUNDO poderão ser aplicadas, a critério do gestor, em títulos de renda fixa (i) públicos de emissão do Tesouro Nacional e/ou (ii) privados, desde que emitidos por instituição financeira que tenha rating em escala nacional pela Standard & Poors, Fitch Ratings ou Moody's, equivalente a "A-" ou superior, e/ou ainda (iii) em cotas de fundos de investimentos que invistam, preponderantemente, em tais títulos.

O fundo buscará manter seu patrimônio totalmente alocado em CRI's, buscando a maior pulverização possível entre os diferentes ativos. O regulamento do fundo estabelece, ainda, que as LCI's e LH's objeto de investimento pelo fundo deverão ser emitidas por instituição financeira que tenha rating em escala nacional pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's, equivalente a "A-", ou superior.

Em relação aos critérios de concentração, o gestor do fundo deverá obedecer aos seguintes critérios:

1. Em valores mobiliários:
 - 1.1. Até 20% (vinte por cento) do PL do fundo, quando o emissor for instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN;
 - 1.2. Até 10% (dez por cento) do PL do fundo, quando o emissor for companhia aberta;
 - 1.3. Até 10% (dez por cento) do PL do fundo, quando o emissor for fundo de investimento;
 - 1.4. Até 5% (cinco por cento) do PL do fundo, quando o emissor for pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN; e,
 - 1.5. Não haverá limites quando o emissor for a União Federal.
2. Em CRI;
 - 2.1. Quando instituído o patrimônio separado na forma da lei, nos termos do inciso I do parágrafo 1º do artigo 86 da Instrução CVM n.º 409/04, o fundo poderá aplicar até 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido por emissor, compreendendo-se como emissor o patrimônio separado em questão.

Em relação aos critérios de elegibilidade, o gestor do fundo deverá obedecer aos seguintes critérios:

1. A somatória dos créditos decorrentes de empreendimentos imobiliários em fase de obras dentro de cada CRI poderá ser de até 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

1. O fundo só poderá comprar os CRI se a cessão dos créditos imobiliários não tiver sido feita com ágio, a não ser que a cedente se coobrigue à devolução do ágio aos investidores do CRI em caso de pré-pagamento da operação;

[illegible]

2. A remuneração de distribuição do respectivo CRI será devolvida ao fundo por meio de desconto na taxa de administração (parcela corresponde à remuneração do gestor);
3. Os CRI deverão necessariamente ser objetos de:
 - 3.1. Oferta pública nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, devidamente registrada na CVM;
 - 3.2. Oferta pública em lote único e indivisível, dispensada automaticamente de registro nos termos do artigo 5º da Instrução CVM n.º 400/03; ou,
 - 3.3. Oferta pública com esforços restritos de colocação, dispensada automaticamente de registro nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

O processo decisório será originado quando o gestor identifica as oportunidades de investimentos imobiliários para o fundo, cabendo ao gestor submetê-los à apreciação e aprovação dos Comitês de Crédito da Rio Bravo.

1) Comitê de Operações de Crédito:

Composto por Paulo Bilyk (CIO), Miguel Russo (COO), Alexandre Fernandes (Dir. R.F.), Rafael Rodrigues (Dir. R.V.), Fabio Okamoto (Dir. Infraestrutura), e Jorge Augusto Saad (analista sênior de R.V. – instituições financeiras). Tem como principais atribuições, aprovar, alterar e revogar os limites de alocação por fundos, o crédito e rating internos, e o prazo de revisão de crédito. O risco é gerenciado de maneira independente pela área de compliance e gestão de riscos da Rio Bravo.

2) Comitê Institucional de Crédito:

Composto por Paulo Bilyk (CIO), Miguel Russo (COO), Gustavo Franco (Estrategista-Chefe), Alexandre Fernandes (Dir. RF – proponente), subconjunto de diretores da área de gestão, e consultor externo independente. Este comitê é acionado sempre que requisitado pelo CIO, e tem como principal atribuição a observação dos ambientes que interferem ou possam interferir, direta ou indiretamente, nas políticas de crédito institucionais, implementando modificações. A política de investimentos do produto guarda semelhança com outros dois fundos imobiliários geridos pela Rio Bravo, com track record de desempenho:

RIO BRAVO CRÉDITO IMOBILIÁRIO I – FII

Características

Fundo	Rio Bravo Crédito Imobiliário I FII	Administrador	Rio Bravo Investimentos DTVM
Ticker	RBCB11	Gestor	Rio Bravo Investimentos Ltda.
Início	04/08/2011	Taxa de Administração	1% a.a.
Prazo de Duração	8 anos	Amortização	85 parcelas mensais, iniciando 1 ano após a integralização
Vencimento	04/08/2019	Target de Rentabilidade***	IGP-M + 7,3% a.a.

Carteira

Operações	Emissor	Exatidão Setor	Setor	Rating	Vencimento	Taxa	Porcentagem
CRI 1	CIBRASEC	21/169*	Residencial Puenteado	-	11/12/2019	IGP-M + 9,30%	22%
CRI 2	GAIASEC	5/7*	Shopping	-	24/11/2012	IPCA + 9,35%	14%
CRI 3	CIBRASEC	21/176*	Residencial Puenteado	-	30/03/2020	IGP-M + 9,30%	3%
CRI 4	GAIASEC	4/13*	Residencial Puenteado	-	15/09/2021	IGP-M + 9,60%	16%
CRI 5	B. SEC	17/282*	Residencial Puenteado	-	15/12/2019	IGP-M + 10,5%	15%
CRI 6	CIBRASEC	21/188*	Residencial Puenteado	-	02/02/2018	IGP-M + 9,00%	6%
Total	TECNOBIO			AAA*	Deposito em caixa	IGP-M + 9,58% a.a**	22%
							100%

* Considerando III de 22,50%.

** Taxa média ponderada dos CRI.

*** De acordo com o Estudo de Viabilidade cobido no Prospecto de 1ª Emissão de Cotas do Rio Bravo Crédito Imobiliário I FII.

As informações aqui apresentadas foram fornecidas exclusivamente para o Fornecedor de Informações e não devem ser utilizadas para fins de investimento. A responsabilidade pela veracidade das informações aqui apresentadas é do Fornecedor de Informações e não da BB. A BB não se responsabiliza por qualquer perda decorrente do uso das informações aqui apresentadas. As informações aqui apresentadas não devem ser utilizadas para fins de investimento. A BB não se responsabiliza por qualquer perda decorrente do uso das informações aqui apresentadas. As informações aqui apresentadas não devem ser utilizadas para fins de investimento. A BB não se responsabiliza por qualquer perda decorrente do uso das informações aqui apresentadas.

Nota: CRI - Administradora do Fundo

RIO BRAVO CRÉDITO IMOBILIÁRIO II – FII

Características

Fundo	Rio Bravo Crédito Imobiliário II FII
Ticker	RBVO11
Início	18/12/2012
Prazo de Duração	12 anos
Vencimento	18/12/2024

Administrador	Rio Bravo Investimentos DTVM
Gestor	Rio Bravo Investimentos Ltda.
Taxa de Administração	0,75% a.a.
Taxa de Performance	20% sobre o que exceder o <i>Benchmark</i>
<i>Benchmark</i>	IPCA + 5,71% a.a.

Carteira

Amortização

Anual, a partir do 36º mês

Ativo	EMISSION	EMIÇÃO/SÉRIE	LASTRO	RATING	VENCIMENTO	TAXA	% FUNDO
CRI 1	GAIA	4740*	Built-to-Suit	"A" Fitch	out/22	IPCA + 6,30% a.a.	5%
CRI 2	BRASIL PLURAL	174*	Built-to-Suit	"A-" Fitch	set/28	IPCA + 6,30% a.a.	4%
CRI 3	CIBRASEC	27188*	Residencial Pulverizado	-	fev/20	IGP-M + 9,00% a.a.	17%
CRI 4	CIBRASEC	27192*	Residencial Pulverizado	-	out/23	IGP-M + 6,50% a.a.	16%
CRI 5	RB CAPITAL	1796*	Shopping	"A" Fitch	mai/23	IPCA + 6,90% a.a.	14%
CRI 6	HABITASEC	1732*	Shopping	"AA" LP	jun/23	IGP-M + 7,50%	7%
CRI 7	APICE	177*	Shopping	"A" Liberum	jul/25	IGP-DI + 9,00%	19%
CRI 8	BRAZILIAN SEC	17320*	Corporativo	"BBB" Fitch	ago/17	IPCA + 8,38%	12%
LCI	BTG PACTUAL	-	-	"AA+"	Liquidez em D0	92,75% CDI	4%
OVER	TESOURO	-	-	"AAA"	Liquidez em D0	77,50% SELIC*	3%
TOTAL						Inflação + 7,67% a.a.**	100%

*considerando IR de 22,50%

** taxa média ponderada dos CRIs

Situação Atual:

O fundo foi constituído em 12/09/2014, através da 1ª emissão de cotas objeto de oferta pública com esforços restritos, tendo sido ofertadas 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) cotas, perfazendo o montante de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais).

Conforme informações disponibilizadas pelo Administrador do fundo, referida oferta foi encerrada em 11/09/2014, tendo sido subscritas 625.000 (sessenta e vinte e cinco mil) quotas, perfazendo o montante de R\$ 62.500.000,00 (sessenta e dois milhões e quinhentos mil reais), distribuídos entre 11 (onze) cotistas RPPSs e/ou EFPCs.

O fundo encerrou o mês de maio/2015 com patrimônio de R\$ 62.384.833,97, assim distribuídos:

Ativo	R\$
Títulos Públicos Federais	11.223.521,19
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	39.681.901,73
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	12.084.784,11
Valores à Receber	23.795,31
(-) Rendimentos a Distribuir	(575.000,00)
(-) Taxa de Administração a Pagar	(52.326,75)
(-) Outros Valores a Pagar	(4.178,77)

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

Está em curso a distribuição da 2ª emissão de cotas do fundo, que se estenderá até 17/06/2015, com liquidação financeira prevista para 23/06/2015.

Conforme Instrução CVM nº 472, o registro desta 2ª emissão será automaticamente concedido mediante comprovação, perante a CVM:

I – Da subscrição da totalidade das cotas objeto do registro de distribuição ou da subscrição parcial de cotas; e,

II – Da publicação do anúncio de encerramento.

Principais fatores de risco do fundo:

-Riscos relacionados à liquidez

A aplicação em cotas de um fundo de investimento imobiliário apresenta algumas características particulares quanto à realização do investimento. O investidor deve observar o fato de que os fundos de investimento imobiliário são constituídos na forma de condomínios fechados, não admitindo o resgate convencional de suas cotas, fator que pode influenciar na liquidez das cotas no momento de sua eventual negociação no mercado secundário. Sendo assim, em um dado período temporal, os fundos de investimento imobiliário podem encontrar pouca liquidez no mercado brasileiro, podendo os cotistas terem dificuldade em realizar a negociação de suas cotas no mercado secundário, inclusive correndo o risco de permanecer até o encerramento do fundo com as cotas adquiridas, mesmo sendo estas objeto de negociação no mercado de bolsa ou de balcão organizado. Desse modo, o investidor que adquirir as cotas deverá estar consciente de que o investimento no fundo consiste em investimento de longo prazo.

-Risco relacionado à distribuição de resultados

Os recursos gerados pelo fundo são provenientes dos rendimentos dos ativos investidos. A capacidade do fundo de distribuir resultados está diretamente relacionada ao recebimento pelo fundo dos recursos acima citados.

-Risco do fundo ser genérico

Os recursos do fundo poderão vir a ser preponderantemente aplicados em cri, observado o disposto na política de investimento descrita no regulamento. Portanto, trata-se de um fundo genérico, que pretende investir em tais ativos alvo, mas que nem sempre terá, no momento em que realiza uma nova emissão, uma definição exata de todos os ativos alvo que serão adquiridos para investimento.

-Riscos de Crédito:

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros e/ou contrapartes de transações do fundo, não cumprirem suas obrigações de pagamento (principal e juros) e/ou de liquidação das operações contratadas. Ocorrendo tais hipóteses, o patrimônio líquido do fundo poderá ser afetado negativamente.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

-Riscos relativos ao CRI

O Governo Federal com frequência altera a legislação tributária sobre investimentos financeiros. Atualmente, por exemplo, pessoas físicas possuem isenção no pagamento de imposto de renda sobre rendimentos de CRI. Alterações futuras na legislação tributária poderão eventualmente reduzir a rentabilidade dos CRI para os investidores. Por força da Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, conforme alterada, os rendimentos advindos de CRI auferidos pelos fundos de investimento imobiliário que atendam a determinados requisitos igualmente são isentos de imposto de renda. Eventuais alterações na legislação tributária, eliminando tal isenção, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidente sobre os CRI, ou ainda a criação de novos tributos aplicáveis aos CRI poderão afetar negativamente a rentabilidade do Fundo esperada pelos Cotistas.

-Riscos relativos ao setor de securitização imobiliária e às companhias securitizadora

Os CRI poderão vir a ser negociados com base no registro provisório concedido pela CVM. Caso determinado registro definitivo não venha a ser concedido por essa autarquia, a companhia securitizadora emissora destes CRI, deverá resgatá-los antecipadamente. Caso a companhia securitizadora já tenha utilizado os valores decorrentes da integralização dos CRI, ela poderá não ter disponibilidade imediata de recursos para resgatar antecipadamente os CRI. A Medida Provisória n.º 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, em seu artigo 76, estabelece que *"as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos."* Em seu parágrafo único, prevê que *"desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação"*. Ainda que a companhia securitizadora emissora dos CRI, institua regime fiduciário sobre os créditos imobiliários que constituam o lastro dos CRI, por meio do termo de securitização, e tenha por propósito específico a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, caso prevaleça o entendimento previsto no dispositivo acima citado, os credores de débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista que a companhia securitizadora eventualmente venha a ter poderão concorrer com o Fundo, na qualidade de titular dos CRIs, sobre o produto de realização dos créditos imobiliários que lastreiam a emissão dos CRIs, em caso de falência. Nesta hipótese, pode ser que tais créditos imobiliários não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRIs após o pagamento das obrigações da companhia securitizadora, com relação às despesas envolvidas na emissão de tais CRIs.

Além dos riscos acima elencados, o investidor deve ler atentamente o regulamento do fundo para observar os demais fatores de risco.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

Conclusão

A estratégia de investimento do fundo no mercado imobiliário não possui correlação com outras classes de ativos imobiliários, pois oferece retorno em renda fixa com controlado risco de perda. O modelo de negócio adotado prioriza a proteção do capital investido. Os instrumentos de dívida sempre estão lastreados em ativos imobiliários, e os créditos são originados para gerarem fluxo de caixa.

O fundo iniciou suas atividades em 11 de setembro de 2014 e tem como objetivo proporcionar retorno acima da inflação por meio do investimento em ativos imobiliários de renda fixa, preponderantemente Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, podendo também adquirir Letras de Crédito Imobiliário – LCI, Letras Hipotecárias – LH e outros ativos de renda fixa não imobiliários.

Através da 1ª emissão de cotas, o fundo captou recursos da ordem de R\$ 62,5 milhões, subscrito essencialmente por investidores institucionais. As cotas do Fundo foram distribuídas a mercado por meio de oferta pública de esforços restritos (ICVM nº 476), direcionada para investidores institucionais e estão registradas em bolsa, sob o código BBIM11.

O prazo de duração do fundo é de 10 anos, sendo que a amortização das cotas se dará em 8 parcelas anuais iguais e consecutivas, que se iniciaram em setembro de 2017. O pagamento de rendimentos é mensal, sem carência.

A gestora informou que não realizará investimento como cotista do fundo.

Do ponto de vista da rentabilidade, se confirmadas as premissas, o fundo representa uma boa oportunidade de retorno, uma vez que busca rentabilidade em linha com a meta atuarial. É crescente a percepção de que os RPPS's devem assumir mais riscos na gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas para poderem superar suas metas. Não há dúvida de que o mercado imobiliário é um dos condutores na busca por rentabilidades satisfatórias. Entretanto, deve ser considerada pelo investidor a máxima de que, maiores retornos são acompanhados por maiores exposições a riscos.

Portanto, há de se compreender os principais riscos que decorrem do investimento no fundo.

No caso específico do fundo em análise, os principais riscos são: do risco de crédito das operações objeto do fundo; da não obtenção da rentabilidade desejada; os relativos ao setor de securitização imobiliária e às companhias securitizadora, e de liquidez, em razão da falta de um mercado secundário robusto. Recomendamos a leitura dos principais fatores de risco, detalhados no prospecto do fundo e no material publicitário.

Em nossa avaliação, o fundo está enquadrado no que determina a Resolução CMN nº 3.922/2010, artigo 8º, Inciso VI, não havendo, portanto, impedimento legal em receber aportes de Regimes Próprios de Previdência Social.

O fundo obteve o registro para negociações de cotas na BM&F BOVESPA, sob o código BBIM11.

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a divulgação, distribuição ou cópia deste relatório é proibida. As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela CREDITO & MERCADO, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações diárias.

Fonte: CVM / Administradora do Fundo

Encontra-se em processo de distribuição a 2ª emissão de cotas do fundo, com base na ICVM nº 400 (oferta pública com melhores esforços de colocação). Cabe registrar que a obtenção do regular registro desta emissão na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, somente ocorrerá quando do encerramento da oferta em curso.

O valor mínimo para aportes de recursos é de R\$ 100.000,00 por investidor.

É preciso destacar que durante o prazo de duração do fundo (10 anos, contados a partir da primeira integralização de cotas), o investidor não poderá resgatar o recurso aplicado, eis que se trata de estratégia de investimento de longo prazo. Para isso é preciso analisar o período do fundo em relação à curva atuarial do Instituto.

Para tanto, o RPPS deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS nº 440/2013, em especial a necessidade do investimento ser precedido de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras.

Em 11/09/2013, a agência classificadora de riscos Standard & Poor's atribuiu a classificação **AMP-2** para a Rio Bravo Investimentos S/A, holding do grupo que engloba as empresas Rio Bravo Investimentos Ltda., Rio Bravo Project Finance Assessoria Empresarial Ltda., e Fundamental Investimentos Ltda. Conforme mencionado na súmula de rating, a nota atribuída reflete às fortes práticas operacionais e de controle da gestora, a sua clara estratégia corporativa e qualificada equipe de gestão, com histórico reconhecido no mercado financeiro brasileiro.

A BB Gestão de Recursos DTVM S.A. possui o rating MQ1, nota máxima em qualidade de gestão, atribuída pela Moody's América Latina. A nota atribuída reflete o alto grau de autonomia concedido à BB Gestão de Recursos DTVM S.A. na realização de seus processos.

Opinião quanto ao fundo na carteira do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira

A política de investimento do RPPS elaborada para o exercício de 2015 prevê limite para aplicação de 3% no Artigo 8º, Inciso VI, não tendo aplicação dentro do segmento.

Na visão da Crédito & Mercado, a estratégia de investimentos do produto agrega diversificação para carteira de investimentos do RPPS, pois apresenta perspectivas de retorno compatível com o objetivo atuarial do Instituto no longo prazo. Entretanto, cabe destacar os fatores de riscos apresentados.

Considerando os diversos riscos que são pertinentes os investimentos em Fundos de Investimentos Imobiliários é recomendável ao RPPS, na ocasião da decisão pelo investimento, que observe o limite estabelecido na Resolução CMN

As informações aqui apresentadas são fornecidas exclusivamente para o Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira. Advertimos que a distribuição, divulgação ou compra deste material é proibida. As informações aqui divulgadas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela BB RECIPIOS & IMOBILIÁRIO, por titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As ofertas, por serem feitas, não devem ser entendidas como sugestão ou distribuição de oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do Fundo. Sobre a carteira, de qualquer investimento de longo ou médio prazo, Fundo Garantidor de Valores - FGV. Rentabilidade média no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento, cujos riscos embutidos estão em Real (R\$). Para os cálculos foram utilizadas as observações dadas.

nº 3922/2010, bem como a prudente e necessária diversificação entre os investimentos, de forma a otimizar e diluir os riscos envolvidos neste segmento.

O RPPS deverá cumprir as exigências das disposições contidas na Portaria MPS nº 440/2013, em especial a necessidade de o investimento ser precedido de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras.

Vinicius Gaspar
Consultor de Investimentos

As informações aqui apresentadas são fornecidas apenas para fins informativos e não devem ser utilizadas para fins de investimento. A responsabilidade pela decisão de investimento é do investidor. As informações aqui apresentadas são fornecidas apenas para fins informativos e não devem ser utilizadas para fins de investimento. A responsabilidade pela decisão de investimento é do investidor. As informações aqui apresentadas são fornecidas apenas para fins informativos e não devem ser utilizadas para fins de investimento. A responsabilidade pela decisão de investimento é do investidor.

Fonte: GEM / Admistra / Tradução do Fundo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira
Rua João de Moraes, nº 490, Centro, Itapira / SP, CEP 13.970-903

ATESTADO DE COMPATIBILIDADE DE APLICAÇÕES DE RECURSOS

Em atenção às disposições contidas na Portaria MPS n.º 440, de 09 de outubro de 2013¹, atestamos que as receitas anuais do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensões de Itapira, relativas ao Fundo Previdenciário Capitalizado, são suficientes para cobrir as despesas anuais até o ano de 2024, justificando, portanto, a realização da aplicação no Fundo BB Recebíveis Imobiliários Fundo de Investimentos Imobiliário – FII, por estar compatível com as obrigações presentes e futuras do Fundo Previdenciário Capitalizado.

Ressaltamos que o Fundo em comento foi iniciado em 11 de setembro de 2014 com prazo de duração de 10 (dez) anos, com amortização de cotas em 08 parcelas anuais iguais e sucessivas iniciando em setembro de 2017 e término em setembro de 2024,

Para tanto, abaixo fica demonstrado as projeções de receitas, despesas e saldo do Fundo Previdenciário Capitalizado até o ano de 2024, extraídas da Avaliação Atuarial realizado em dezembro de 2013:

QUADRO 5 – Projeção Atuarial			
Ano	Receita	Despesas	Saldo
2014	5.954.095,24	122.517,33	33.384.322,75
2015	6.497.304,07	208.165,75	41.676.520,44
2016	7.241.150,07	355.728,35	51.052.533,38
2017	7.675.179,41	472.806,81	61.318.057,98
2018	8.141.759,53	616.515,55	72.322.385,44
2019	8.511.370,85	1.005.161,83	84.007.737,58
2020	8.997.775,46	1.207.894,26	96.922.883,65
2021	8.524.424,34	1.361.870,72	110.900.909,65
2022	10.047.390,27	1.523.622,87	126.079.125,63
2023	10.563.720,89	1.695.346,56	142.512.353,49
2024	11.112.367,74	1.941.666,58	160.233.795,88

Itapira, em 17 de junho de 2015.

Estercita Rogatto Belluomini
Presidente do Conselho Municipal de Previdência

¹Portaria MPS n.º 519 de 24/08/2011 - Art. 3º, Inciso IX, § 4º: "As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime." (Incluído pela Portaria MPS n.º 440, de 09/10/2013)

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

CREDENCIAMENTO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (GESTOR/ADMINISTRADOR)

I - DADOS

Razão Social: CAIXA ECONOMICA FEDERAL **CNPJ:** 00.360.305/0001-04
Endereço: SBS, QUADRA 4 - 21º ANDAR - LOTES 3/4, ED. SEDE **CEP:** 70.092-900
Bairro: ASA SUL **Cidade:** BRASILIA **Estado:** DF

Contato (s)

Nome: DANIEL BOUERES SANDOVAL **Telefone:** (11) 3555-6770
E-mail: daniel.sandoval@caixa.gov.br

Nome: JULIO BITTENCOURT **Telefone:** (11) 3555-6473
E-mail: julio.bittencourt@caixa.gov.br

Rating de Gestão de Qualidade - SIM

Emissor: FITCH RATINGS **Classificação:** M3

Patrimônio sob Gestão

Nacional 478.600.000.000,00 **Global:** 478.600.000.000,00 **RPPS:** 31.070.272.378,01

II – ASPECTOS LEGAIS

Instituição Financeira constituída conforme DECRETO LEI Nº 759/69, e alterações posteriores, emitido em 28/3/2013. Entidade autorizada a exercer a atividade de PRESTAR SERVIÇOS DE ADMINISTRADOR DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS, conforme ATO DECLARATORIO de nº 3241 expedido em 4/1/1995 pelo (a) CVM.

Em exigência ao Artigo 3º, Inciso IX, Parágrafo 1, Alínea “c” da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, o(a) **CAIXA ECONOMICA FEDERAL** apresenta os seguintes documentos comprobatórios com os respectivos vencimentos:

- Atestado de Regularidade Previdenciária – Vencimento: 31/12/2014;
- Atestado de Regularidade Fiscal:
 - Municipal: Vencimento: 4/2/2015;
 - Estadual: Vencimento: 4/2/2015;
 - Federal: Vencimento: 29/4/2015.

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

III – PONTUAÇÃO TÉCNICA

Observando o disposto no *Artigo 3º Inciso IX, Parágrafo 2 da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13*, e considerando os quesitos de análise estabelecidos pelo procedimento de seleção de entidades autorizadas e credenciadas do RPPS, o(a) **CAIXA ECONOMICA FEDERAL** apresenta a seguinte pontuação:

Rating de Gestão de Qualidade	50,00%
Volumes de Recursos Administrados	10,00%
Tempo de Atuação de Mercado	10,00%
Avaliação de Aderência dos Fundos ¹	15,00%
(-) Critérios de Penalidade ²	0,00%
Pontuação Quesitos Técnicos	85,00%
Índice de Gestão de Qualidade	RP1

IGQ-RP1:

Limite de Alocação: Da Resolução 3.922/10 e da Política de Investimento.

Descrição: As instituições administradoras e gestoras classificadas neste nível apresentam histórico consistente de risco e retorno. São consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade.

Apresentam, ainda, ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e rastreabilidade das informações. No geral, as instituições classificadas neste nível são capazes de assegurar o cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude.

¹ Descritivo do Cálculo no Anexo I

²Justificativa: Sem justificativa.

IV – HISTÓRICO DE CREDECIMENTOS

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

Data Cadastro

Data Aprovação

3/7/2015

16/5/2015

ANEXO I

As informações de Retorno dos Ativos e Benchmarks devem referir-se aos últimos 24 meses. Tomando-se como referência 29/05/2015

FD	CNPJ	FUNDO
1	10.551.382/0001-03	CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES
2	10.577.512/0001-79	CAIXA CONSUMO FI AÇÕES
3	12.321.859/0001-81	CAIXA BRASIL IPCA IV FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO
4	12.321.820/0001-64	CAIXA BRASIL IPCA VIII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO
5	12.321.708/0001-23	CAIXA BRASIL IPCA XII FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO
6	10.577.503/0001-88	CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
7	10.646.895/0001-90	CAIXA NOVO BRASIL IMA-B FIC RENDA FIXA LP
8	10.740.658/0001-93	CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
9	11.061.217/0001-28	CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP
10	11.060.913/0001-10	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP

FD	Benchmark	VaR Bench	Bench %	VaR Fundo	Fundo %	Aderência
1	IBOVESPA	-1,394	8,231	-23,224	11,194	N&ati
2	ICON	14,749	8,373	4,228	7,949	N&ati
3	IPCA + 6,00% AO ANO	29,650	1,308	20,171	0,128	N&ati
4	IPCA + 6,00% AO ANO	29,650	1,700	18,795	0,128	N&ati
5	IPCA + 6,00% AO ANO	29,650	1,686	19,975	0,128	N&ati
6	IMA-B 5+	15,504	5,989	15,138	6,133	Sim
7	IMA-B	18,052	3,950	17,902	4,276	Sim
8	IMA-B	18,052	4,271	17,386	4,276	Sim
9	IMA GERAL	19,021	2,067	18,852	2,138	Sim

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

10	IMA-B 5	22,138	1,379	21,759	1,378	Sim
----	---------	--------	-------	--------	-------	-----

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

CREDENCIAMENTO
BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(GESTOR/ADMINISTRADOR)

I - DADOS

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE
Razão Social: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. **CNPJ:** 30.822.936/0001-69
PRAÇA XV DE NOVEMBRO, 20 - SALAS 201,202,301 E 302 - ED.
Endereço: BOLSA DO RIO **CEP:** 20.010-010
Bairro: CENTRO **Cidade:** RIO DE JANEIRO **Estado:** RJ

Contato (s)

Nome: LUIZ FELIPE DA FONSECA MARINHO **Telefone:** (21) 3808-7546
E-mail: luizmarinho@bb.com.br

Nome: MARCOS HOFFERT AMARAL **Telefone:** (21) 3808-7549
E-mail: amaral@bb.com.br

Rating de Gestão de Qualidade - SIM

Emissor: MOODYS **Classificação:** MQ1

Patrimônio sob Gestão

Nacional 523.793.000.000,00 **Global:** 542.220.000.000,00 **RPPS:** 30.832.000.000,00

II – ASPECTOS LEGAIS

Instituição Financeira constituída conforme ESTATUTO SOCIAL, e alterações posteriores, emitido em 28/12/2011. Entidade autorizada a exercer a atividade de PRESTAR SERVIDOS DE ADMINISTRADOR DE CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS, conforme ATO DECLARATORIO de nº 1481 expedido em 13/8/1990 pelo (a) CVM.

Em exigência ao Artigo 3º, Inciso IX, Parágrafo 1, Alínea "c" da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, o(a) **BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** apresenta os seguintes documentos comprobatórios com os respectivos vencimentos:

- Atestado de Regularidade Previdenciária – Vencimento: 28/3/2015;
- Atestado de Regularidade Fiscal:
 - Municipal: Vencimento: 29/1/2015;
 - Estadual: Vencimento: 21/5/2015;

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

o Federal: Vencimento: 6/12/2014.

III – PONTUAÇÃO TÉCNICA

Observando o disposto no Artigo 3º Inciso IX, Parágrafo 2 da Portaria MPS nº 519/2011, alterada pela Portaria MPS nº 170/12 e 440/13, e considerando os quesitos de análise estabelecidos pelo procedimento de seleção de entidades autorizadas e credenciadas do RPPS, o(a) **BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** apresenta a seguinte pontuação:

Rating de Gestão de Qualidade	50,00%
Volumes de Recursos Administrados	10,00%
Tempo de Atuação de Mercado	10,00%
Avaliação de Aderência dos Fundos ¹	30,00%
(-) Critérios de Penalidade ²	0,00%
Pontuação Quesitos Técnicos	100,00%
Índice de Gestão de Qualidade	RP1

IGQ-RP1:

Limite de Alocação: Da Resolução 3.922/10 e da Política de Investimento.

Descrição: As instituições administradoras e gestoras classificadas neste nível apresentam histórico consistente de risco e retorno. São consideradas instituições com elevada credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional. Contam com eficazes e seguros processos de investimento e de análise de risco, equipes com formação profissional altamente qualificada, elevada experiência e baixa rotatividade.

Apresentam, ainda, ambiente de controle interno seguro, capaz de garantir total disponibilidade, integridade, tempestividade e rastreabilidade das informações. No geral, as instituições classificadas neste nível são capazes de assegurar o cumprimento do dever fiduciário em sua plenitude.

¹ Descritivo do Cálculo no Anexo I

² Justificativa: Sem justificativa.

IV – HISTÓRICO DE CREDECIMENTOS

FUNDO MUNICIPAL DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE ITAPIRA
CNPJ: 13.891.469/0001-00

Data Cadastro

Data Aprovação

3/7/2015

16/5/2015

ANEXO I

As informações de Retorno dos Ativos e Benchmarks devem referir-se aos últimos 24 meses. Tomando-se como referência 29/05/2015

FD	CNPJ	FUNDO
1	13.327.340/0001-73	BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
2	13.322.205/0001-35	BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO
3	11.328.882/0001-35	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO

FD	Benchmark	VaR Bench	Bench %	VaR Fundo	Fundo %	Aderência
1	IMA-B 5+	15,504	6,066	15,229	6,133	Sim
2	IDKA IPCA 2 ANOS	23,851	1,277	22,482	1,357	Sim
3	IRF-M 1	21,430	0,184	20,601	0,182	Sim